--- N.º 2/2016 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) -----

---**SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de: -----

- 2 (dois) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2016, relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de Psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso nº 5763/2014, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Artur Manuel Ferreira Rodrigues com sede na Rua de São Francisco de Assis, Bloco A, nº 200 R/C da União de Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Reis & Silva, Lda, com sede na Rua do Bastelo, nº 112, Freguesia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Ferespe-Fundição de Ferro e Aço com sede na Rua da Brasiela, nº 60, Freguesia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento dos Selos “Famalicão Visão 25”, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**SÉTIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual a atribuir ao Barrimau Futebol Clube de um subsídio financeiro, no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros), tendo em vista a construção do recinto desportivo, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**OITAVO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Avaliação das Cedências nos alvarás de loteamento ano de 2015 para o domínio do Município, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---**NONO**- Discussão e votação dos documentos de prestação de contas (relatório e prestação de contas e conta de gerência) e relatório de gestão de 2015., nos termos da proposta. (Grelha A)-----

---**DÉCIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Revisão Orçamental, nos termos da proposta. (Grelha E)-----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA-----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA-----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO FREITAS SILVA-----

---BRUNO SILVA CAMPOS -----

---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----

---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA -----

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----

---CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO-----

---CÉLIA CRISTINA MAIS MENESES CASTRO -----

---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU -----

---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
---DOMINGOS SOUSA COSTA -----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
---JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA-----
---JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA-----
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LURDES OLIVEIRA FERNANDES-----
---MANUEL AZEVEDO SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO---**FALTOU**-----
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA-----
---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES---**FALTOU** -----
---MIGUEL OLIVEIRA COSTA -----
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA-----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----

---PAULO JORGE LOPES COELHO -----

---PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----

---RAQUEL ALMEIDA PINTO -----

---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS -----

---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ -----

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----

---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

---VITOR TORRES PEREIRA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** – Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa dez documentos compostos por três moções, uma proposta, três votos de recomendação, um voto de pesar, um voto de congratulação e um voto de louvor. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos. -----

---*Posta à votação a Ata de 26 de fevereiro de dois mil e dezasseis, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor: -----

---“ Moção sobre o 1º de maio Dia Mundial do trabalhador. -----

- Considerando que se assinalam 130 anos dos acontecimentos históricos de Chicago que deram origem ao 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador; -----

- Considerando que o 1.º de Maio é e representa a data histórica da luta travada pelos trabalhadores ao longo de anos, designadamente pela redução do horário de trabalho para 8 horas diárias:-----

- Considerando que os trabalhadores ao longo de muitos anos foram ganhando cada vez mais consciência da sua condição de explorados, tendo conquistado importantes direitos sindicais e laborais, alcançados, principalmente, com o 25 de Abril, como os da contratação coletiva, férias, subsídio de férias e natal, contratos efetivos, direito à licença de maternidade e paternidade; -----

- Considerando que hoje alguns desse direitos se encontram ameaçados e até desrespeitados, como é o caso crescente em que milhares de pessoas, sobretudo jovens, se encontram no desemprego, na situação de emprego precário, excesso de trabalho e trabalho fora de horas, sem remuneração

compensatória, com salários baixos, turnos com excesso de horas que provocam o desgaste psicológico e, conseqüentemente, o aumento da sinistralidade;-----

- Considerando que o concelho de V. N. de Famalicão não é imune a estes atentados à dignidade do trabalhador, da pessoa humana, da família e do bem-estar dos famalicenses, que enriquecem sobretudo quem os explora; -----

- Verificando-se neste concelho elevados índices de precariedade laboral, afetando muitos jovens e a sua perspetiva de vida futura e cada vez mais muitos trabalhadores em geral. -----

A Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, reunida no dia 29/04/2016, delibera: -----

1) - Saudar o 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, apelando à população famalicense para se associar às comemorações promovidas pela União dos Sindicatos de Braga e Movimento Sindical Unitário, proclamando pela exigência do direito ao trabalho, à segurança no emprego e contra a precariedade. -----

2) - Enviar esta moção para a Comunicação Social”. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor: -----

---“ Foi hoje aprovado na Assembleia da República, o Projeto de Resolução do PCP, “Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão”.-----

No quadro da nova situação política, com uma nova correlação de forças na Assembleia da República, foi possível a convergência de esforços e vontades para recomendar ao Governo a valorização do Hospital de Vila Nova de Famalicão, unidade da maior importância para dezenas de milhar de pessoas.-----

O PCP assumiu já o compromisso de, a partir de agora, fazer o acompanhamento e a fiscalização da ação do Governo para a concretização do conjunto de recomendações aprovadas.-----

Lamentavelmente, não podemos deixar de assinalar que o PSD e o CDS se colocaram à margem deste consenso, optando por não juntar os seus votos a esta recomendação. A abstenção do PSD e do CDS, partidos que têm as maiores responsabilidades no município de Vila Nova de Famalicão, parecendo uma opção de puro preconceito ideológico para com os autores da proposta, representa uma falta de respeito pelos cidadãos do concelho que reclamam melhores condições de atendimento no S. N. S. e designadamente no Hospital S. João de Deus. -----

ASSIM: -----

A Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, reunida em 29/04/2016, delibera: -----

– Congratular-se pela aprovação do Projeto de Resolução do PCP na Assembleia da República que recomenda a Valorização do Hospital de Vila Nova de Famalicão. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal da

CDU que é do seguinte teor: -----

---“Pela reposição das freguesias. -----

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.-----

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. -----

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.-----

A reforma administrativa imposta pelo anterior governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias. -----

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 29/04/2016 delibera:-----

1-Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----

2-Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017”. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Fez a leitura do voto de recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que é do seguinte teor: -----

---“ O Governo da República anunciou recentemente a vontade de cumprir o preceito constitucional que comete ao Estado a garantia de um ensino público de qualidade aberto a todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação.-----

---A prossecução desta tarefa impõe racionalização de meios e adequada afetação de recursos, num ambiente de restrição orçamental, imposto designadamente pelos nossos compromissos europeus.--

---A redefinição dos contratos de associação estabelecidos com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, já iniciada em anteriores governos, foi novamente colocada em análise. ---

---Os contratos de associação são contratos celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (EEPC), que estão previstos na lei, com o propósito de garantir a oferta de ensino gratuito em zonas carentes de rede de estabelecimento públicos e destinam-se, atualmente, a financiar turmas a partir do 2.º ciclo até ao secundário (do 5.º ao 12.º ano de escolaridade). -----

---É de notar que os contratos de associação são apenas uma das modalidades de apoio do Estado aos EEPC. Além destes, existem ainda os contratos simples e de desenvolvimento, de apoio à família, os contratos de patrocínio e os contratos de cooperação. -----

---É de lembrar, também, que no Orçamento de Estado de 2016 estão previstos 139 milhões de euros para suportar os pagamentos dos contratos de associação. -----

---No nosso concelho, as escolas cooperativas que funcionam com contratos de associação, há várias dezenas de anos vêm integrando o serviço público de ensino, cumprindo as suas funções com eficácia e competência, avalizadas pelos resultados alcançados, sempre em estrito cumprimento das regras e orientações do Ministério da Educação. -----

---Por outro lado, a sua localização foi determinada pela não existência de escolas públicas na respetiva zona geográfica, tendo originado elevados encargos em substituição de investimento público, pelo que deverão requerer uma análise e tratamento diferenciado, relativamente a outras escolas particulares. -----

---Assim, de maneira a poder garantir-se uma otimização da utilização dos recursos do Estado disponíveis, deverá haver uma avaliação criteriosa da rede e da oferta, não apenas para eliminar redundâncias, duplicações e desaproveitamentos na utilização eficaz dos recursos disponíveis, assegurando que os recursos do Estado são utilizados eficazmente, mas também colmatar as falhas da oferta pública escolar, como previsto na lei. -----

---Contudo, deverá garantir-se que o Ministério da Educação cumprirá integralmente os contratos celebrados, não havendo qualquer perda de financiamento relativamente ao que foi assumido no ano passado, e que os alunos que estão em turmas com contratos de associação terminarão os seus ciclos letivos, tal como previsto nos contratos assinados. -----

---E recomenda-se: -----

---Que seja reconhecido o trabalho meritório desenvolvido pelos estabelecimentos de ensino cooperativo, que em muito vem contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no nosso município, integrando os objetivos de ensino definidos pelos Estado. -----

---Que se sensibilize o Ministério da Educação para o interesse público em renovar os contratos de associação, atentas as situações em concreto, expectativas criadas às escolas, alunos e professores, ouvindo todos os agentes educativos e a Câmara Municipal. -----

---Que seja definido um período não inferior a três anos, que possibilite uma adaptação das escolas a eventuais alterações futuras relacionadas com contratos de associação, como instrumento que evite o

colapso destas instituições e o desemprego de centenas de profissionais.-----

---Que desta decisão seja dado conhecimento ao Ministério da Educação, Câmara Municipal e escolas relacionadas.” -----

---**CÉLIA CASTRO (PS)** – Fez a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que é do seguinte teor: -----

---“ Os negócios e as decisões que envolveram os terrenos da Devesa e do Talvai, tiveram na sua génese a cedência de terrenos e posteriores acordos com indemnizações que ascenderam a vários milhares de euros.-----

---É obrigação de todos os agentes políticos, o desenvolvimento de todas as ações ao seu alcance, de modo a que todos os factos e circunstâncias dos seus atos sejam do pleno conhecimento dos seus eleitores.-----

---Deste modo, e no âmbito dos artigos 26^a e 27^o do atual regimento desta Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a constituição de uma comissão eventual, para analisar a cedência dos terrenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa e dos terrenos do Talvai, que se destinavam á construção das novas instalações da Universidade Lusíada, constituída proporcionalmente por 9 elementos e que deve vigorar por um prazo de 60 dias.”-----

---**ESPERANÇA OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata que é do seguinte teor: -----

---“No passado dia 24 de abril a equipa feminina de Voleibol do Atlético Voleibol Clube tornou-se campeã nacional da modalidade, ao ter derrotado a formação do Portovolei, em jogo de play-off. --- Pela primeira vez, uma formação famalicense conquistou um título nacional no maior escalão da modalidade.-----

Ao título nacional referido junta-se a vitória da Supertaça e a Taça de Portugal, sendo pois o culminar de uma excelente época, que deverá ser salientada por todos os famalenses em geral. -----

Assim, propõe o Grupo Municipal do Partido Social Democrata: -----

- Que esta Assembleia delibere a aprovação de um voto de louvor à formação feminina em causa, aos seus técnicos e jogadores, e à Direção desta prestigiada organização desportiva, que a todos nos orgulha.-----

- Que desta deliberação se dê conhecimento público, e, do seu teor se dê conhecimento à Direção de tal Associação Desportiva”. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata que é do seguinte teor: -----

---“ Voto de recomendação ao XXI Governo Constitucional, Organização do ano letivo 2016/2017:

--- Uma das grandes conquistas de abril, cujo 42.º aniversário comemoramos ainda esta semana, foi a liberdade. -----

---Liberdade de pensar, liberdade de atuar, liberdade de expressar, liberdade de consciência, de religião e de culto, liberdade sindical, liberdade de criação cultural, liberdade de associação, liberdade de aprender e ensinar, liberdade de escolher. -----

---A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu Capítulo de Direitos, Liberdades e Garantias Pessoais, no artigo 43.º, a liberdade de aprender e ensinar. No n.º 2 do mesmo artigo é consagrado que o “*Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas*”.-----

---Para além de exarado na nossa lei fundamental, importa realçar o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem:-----

1-Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. -----

2-A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. -----

3-Os pais têm um direito preferencial para escolher o tipo de educação que será dada aos seus filhos.

---A liberdade de educação, assente na liberdade de escolha da escola e no aprofundamento da sua autonomia, do seu projeto pedagógico e curricular, no reforço do respeito pelo trabalho dos professores, na procura de novas metodologias de ensino, na incorporação da educação não formal e em vários outros pressupostos de base que fundamentam a devolução aos pais do direito de poderem escolher livremente o futuro dos seus filhos, é hoje um cenário comum em vários países europeus. -

---A este propósito, Fernando Adão da Fonseca, Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação, escreveu numa conferência sobre educação no nosso século: “A liberdade de educação depende da liberdade de construir a identidade de um povo. Uma sociedade só pode ser livre se os seus cidadãos usufruírem do direito primário de escolher. Sem este direito não existe liberdade e sem ela não existe cidadania, não existe democracia. -----

---Sem liberdade para ensinar, sem liberdade para definirem o seu caminho e as práticas mais coerentes para responderem aos desafios com os quais se debatem diariamente, as escolas ensinam de forma igual em todas as partes do país e sem qualquer espécie de respeito pelas especificidades dos seus alunos e das comunidades em que se inserem. Para os alunos, impedidos de escolherem a escola que melhor se adapta ao seu perfil, às suas aspirações, às suas capacidades e aos seus planos, resulta um fosso de indiferença entre os nossos jovens e as escolas que frequentam. -----

Mas mais preocupante do que a inexistência de liberdade no nosso sistema educativo é a cultura negativa que privilegia a criação de fantasmas que dificultam qualquer mudança.”-----

---A Carta das Cidades Educadoras, de novembro de 1990, assumida pelo Município de Vila Nova de Famalicão, aquando da sua adesão, por deliberações, por unanimidade, da Câmara e Assembleia Municipal, de, respetivamente, 14 de abril e 25 de junho de 2010, exara no seu quinto princípio:----

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.-----

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.-----

---Vila Nova de Famalicão é hoje apontado como um território educativo de referência, onde o trabalho colaborativo e cooperativo entre os diversos agentes e atores educativos (estabelecimentos de ensino, docentes, não docentes, pais, encarregados de educação, instituições particulares de solidariedade social, movimentos associativos, juvenis, culturais, desportivos e empresariais, autarquias, sociedade civil e, muito especialmente, alunos) é notório, na procura das soluções que respondam às necessidades educativas.-----

---Dotado de estabelecimentos educativos com elevados padrões de qualidade, conforme têm demonstrado as avaliações externas levadas a cabo pelos diversos organismos educativos do Estado, o concelho de Vila Nova de Famalicão orgulha-se de ter boas escolas.-----

---No seguimento das notícias vindas a público, sobre a organização e constituição de turmas, consubstanciado pelo Despacho normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril, é notória a ansiedade e preocupação de milhares de pais e encarregados de educação devido à incerteza quanto ao prosseguimento de estudos nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação.-----

---Como é sobejamente por todos conhecido, cerca de 40% dos alunos dos 2.º, 3.º ciclos e secundário de Vila Nova de Famalicão (5.396 alunos, no presente ano letivo) frequentam estabelecimentos de ensino com contrato de associação.-----

---Antecipando, uma vez mais a problemática, no seguimento das diversas consultas públicas da revisão da Carta Educativa, e procurando encontrar, com o envolvimento da comunidade educativa, as melhores soluções, o Conselho Municipal de Educação, na sua última reunião de 6 de abril, definiu critérios para a concertação de turmas do 5.º ano de escolaridade, baseado no histórico de turmas dos últimos três anos letivos, no número de alunos do 4.º ano do cada território educativo e na previsão do número de turmas com uma média de 22 alunos.-----

---Na sequência disso, e tendo em vista a preparação do ano letivo de 2016/17, foi efetuada no dia 20/04/2016 uma reunião entre todas as escolas que integram a rede local concelhia, na qual foi decidido por unanimidade quais os alunos distribuídos a cada escola para a frequência do 5º ano, bem como a constituição do número de turmas.-----

---Assim, de forma a tranquilizar a comunidade educativa e preparar convenientemente o próximo ano letivo, o grupo municipal do PPD/PSD propõem que esta Assembleia aprove um voto de recomendação ao XXI Governo Constitucional de Portugal no sentido de que: -----

1-Garanta aos alunos, pais e encarregados de educação o direito constitucionalmente consagrado de liberdade de escolher a sua educação, bem como o respetivo instrumento e projeto pedagógico e educativo que é a escola.-----

2-Mantenha os atuais contratos de associação dos estabelecimentos de ensino que compõem a Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão., com abrangência de todos os anos, desde o 5º ao 12º ano, como sempre sucedeu desde que os contratos de associação foram implementados.

3-Ausculte a comunidade educativa local sobre todo o processo de reorganização educativa, nomeadamente a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação, a Rede Local de Educação e Formação e a FECAPAF – Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Vila Nova de Famalicão.” -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Fez a leitura do voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata que é do seguinte teor: -----

---“ Decorria o ano de 1933. Foi no dia 2 de Fevereiro que Amândio Oliveira Carvalho iniciou um percurso de vida que viria a marcar Vila Nova de Famalicão e todos aqueles que com ele viveram, conviverão ou simplesmente trabalharam.-----

Homem generoso, soube desde cedo abraçar causas:-----

A Família, os amigos, o trabalho e a prática cívica foram os grandes esteios que suportaram uma vida atenta, intensa e participativa. -----

Mais de que falar soube sempre ouvir.-----

Soube sempre também pôr cobro a devaneios, aligeirar conflitos e mais de que tudo soube com a simplicidade do seu discurso indicar caminhos e ajudar a atingir objetivos. -----

Tinha uma visão clara da vida e do que dela queria e de onde queria chegar. -----

Nunca se esqueceu do outro, das suas necessidades e dos seus anseios. -----

Deu de si à sociedade muito mais do que dela retirou e soube-o sempre fazer de um modo incógnito e desprezioso. -----

Participou na vida Política da sua terra e da sua região, como:-----

- Membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão;-----

- Candidato a Presidente da Câmara pelo PSD em 1993; -----

- Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD;-----
- Membro da Comissão Política Distrital de Braga do PSD.-----

Participou na vida Associativa, como:-----

- Membro dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Famalicensenses;
- Membro cofundador do Circulo de Cultura Famalicense, e várias vezes membro dos seus Órgãos Sociais;-----
- Membro do Definitório da Santa Casa da Misericórdia de V.N. de Famalicão;-----
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Cupertino de Miranda;-----
- Membro dos Órgãos Sociais da AICCOPN;-----
- Membro dos Órgãos Sociais da AIMINHO;-----
- Membro do Lions Clube de Vila Nova de Famalicão;-----
- Membro dos Órgãos Sociais da Associação Protetora dos Animais.-----

Foi assim uma vida cheia e rica. Em todo o lado criou amigos e em todo o lado soube ser amigo. Deixou-nos ontem, 28 de Abril, um dia triste para Vila Nova de Famalicão e para os Famalicensenses, desapareceu o nosso amigo Amândio Carvalho, ficou a saudade e o seu exemplo.-----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere:-----

- Aprovar um VOTO DE PESAR pelo falecimento de Amândio Oliveira Carvalho;-----
- Recomendar que a Câmara Municipal encontre um meio de perpetuar o seu nome;-----
- Comunicar à família a deliberação tomada por esta Assembleia e apresentar-lhe as condolências e a solidariedade institucional”.-----

---**RAQUEL PINTO (CDS/PP)** – Fez a leitura do voto de recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP que é do seguinte teor:-----

---“ O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação.-----

---Famalicão tem mais de 40 anos de história no que diz respeito ao ensino não Estatal que presta serviço público de educação. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.-----

---No nosso concelho temos escolas Cooperativas que, não sendo do Estado, fazem parte da Comunidade onde se encontram inseridas. Falo da Didáxis, do Externato Delfim Ferreira e de mais outras duas a Alfacoop e do INA que não estando implantadas no nosso concelho, têm centenas de alunos famalicensenses. Estas escolas nasceram, cresceram e desenvolveram-se em zonas do concelho

onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. Durante anos fizeram um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação nessas zonas do concelho. -----

---Mas estas escolas têm uma característica única no nosso concelho, que é, o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo uma escola privada, faz oferta de ensino público. -----

---É unânime que o trabalho desenvolvido por estas escolas é de grande qualidade. Isto está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos. -----

---Com a atual equipa governativa foi declarado o ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante cerca de 40 anos é agora ignorado e atacado, com possibilidade de corte de turmas que poderão rondar os 40%. -----

---Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual executivo vem agora defraudar estas expectativas. Este é um ataque a este ensino, e que poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos, às famílias e a toda a comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários. -----

---O Governo pretende assim acabar com a escolha dos alunos, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo e obrigando a transferências em massa para outras escolas que mesmo não sendo a sua primeira escolha, não estão localizadas em áreas geográficas acessíveis. -----

---Estas escolas são também, o único poder de escolha que são apresentados às famílias mais desfavorecidas, sendo estes aproximadamente 50% dos alunos. -----

---Está em causa dezenas de postos de trabalho, desde docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento dos estabelecimentos de ensino, por falta de viabilidade financeira. Sendo que estes professores se encontram nestas escolas, em média, há mais de 20 anos. -----

---E é todo um concelho que fica mais pobre e com mais desemprego. Mas é especialmente os centros onde se encontram que vêm um núcleo de serviços e pequenos negócios ancorado nesta escola que vai morrer. Está em causa muito mais que uma deslocação de alunos, é toda uma comunidade que é atacada. -----

---Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para o nosso concelho, pois além de escolas com o prestígio que tem a Didáxis e o Externato Delfim Ferreira, é toda uma dinâmica cultural e económica, criadas na freguesia de Vale S. Cosme, Riba D'Ave e vizinhas, que se irá perder. -----

---Este foi apenas um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixamos aqui o compromisso de que, através dos nossos Deputados na Assembleia da República, iremos bater-nos

para que estes projetos educativos tenham futuro e evitar o ataque a toda uma comunidade. Assim a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida em Sessão no dia 29 de Abril delibera: -

---1- Que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso; -----

---2- Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Externato Delfim Ferreira e a Didáxis; -----

---3- Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República. -----

---**RAQUEL PINTO (CDS/PP)** – Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP que é do seguinte teor: -----

---“ O Famalicão Vólei AVC sagrou-se Campeão Nacional da I Divisão Elite de Voleibol Feminino. Tal feito é inédito na história do clube e dignifica a imagem nacional e internacional do desporto Famalicense. -----

Pelo exposto, -----

O Grupo Municipal do CDS/PP de Vila Nova de Famalicão vem propor que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere:-----

1-Aprovar o Voto de congratulação pelos feitos destas Atletas Famalicenses. -----

2-Dar conhecimento do mesmo ao Famalicão Vólei AVC e à Comunicação Social”. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu iria pronunciar-me sinteticamente sobre todos os votos apresentados.

Sobre as moções da CDU, relativamente à moção do 1º de maio, o Bloco de esquerda irá votar favoravelmente. Em relação à moção de congratulação sobre a valorização do Hospital de Vila Nova de Famalicão, o Bloco de esquerda irá votar favoravelmente, e só referir que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, também fez uma proposta no mesmo sentido e penso que também bem-sucedida. Relativamente à moção da CDU pela reposição das Freguesias, o Bloco de esquerda irá abster-se pelo teor da proposta, porque não concordamos *tout_court* com uma reposição sem mais das Freguesias, pensámos que este é um assunto que merece discussão, o que não quer dizer que não entendamos que a Lei que aprovou a extinção de um número considerável de Freguesias não mereça ser revista, mas não nos termos em que a CDU aqui vem propor. -----

---Relativamente à proposta do PS, à reproposta do PS da constituição de uma Comissão, nós continuamos a votar favoravelmente uma comissão para estudo da questão dos terrenos do Parque da Devesa e de Talvai. -----

---Relativamente ao voto de recomendação do Partido Socialista quanto à recomendação à Assembleia da República deste teor dos contratos de associação e aos estabelecimentos de ensino, eu podia-me pronunciar já em relação ao PS, ao PSD e ao CDS. Começaria pelo último, há uma espécie

de terrorismo ideológico aqui do CDS, parece quase declaração e queiram perdoar a expressão, parece quase declaração taxista, isto é inaceitável, os termos em que o é feito aqui. Muito mais ponderado será o voto do PS e o voto do PSD, e com muita mais pertinência e mais acutilância entendemos nós, e aí nesse sentido iremos votar favoravelmente tanto um como outro. -----

---Relativamente aos votos de louvor, tanto do CDS como do PSD, ao Atlético Vólei Clube, iremos votar favoravelmente como é óbvio e relativamente ao voto de pesar também. Portanto, estas são as nossas intenções de voto e as nossas considerações breves sobre os votos apresentados. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Apenas para dar conta que o PSD irá votar contra a proposta da CDU no sentido da reposição das Freguesias, por uma circunstância muito simples e aliás nós achamos estranho que a CDU traga esta proposta a esta casa, pelo facto de, tendo aprovado as Grandes Opções do Plano, tendo aprovado um Orçamento de Estado, tendo aprovado e aplaudido de pé um Orçamento de Estado no qual contempla que o Governo irá conjuntamente com a Associação Nacional de Freguesias, proceder a uma reavaliação e fixar os critérios objetivos para posteriormente se proceder a essa análise de reavaliação do mapa autárquico, vir agora aqui antecipadamente ao contrário do que votou no Parlamento, e apresentar uma proposta em que simplesmente quer repor todas as Freguesias.-----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Eu estive muito enfarinhado no processo da agregação de Freguesias. Em 40 anos de política local, foi das maiores vergonhas que cá passaram, mas juntar Calendário e Vila Nova de Famalicão e deixar isoladas S. Tiago de Cruz, Gavião e outras, mas eu falo só destas quatro. Foi das maiores vergonhas que aqui aconteceram. Acho muito bem e já tinha dito ao senhor Vereador, Dr. Moniz, tenho lido nos jornais porque a política local só acompanho pelos jornais e daqueles de graça, para pagar já nem os assino e eles dizem todos o mesmo, acho muito bem que este assunto seja aqui trazido, que seja aqui debatido e que sejam ouvidas as Freguesias, porque isto foi das grandes vergonhas que passaram por esta Assembleia Municipal. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – O Partido Socialista votará favoravelmente os votos de congratulação e louvor ao Voleibol, o voto de pesar ao senhor Amândio Carvalho.-----

---Em relação à moção da CDU intitulada pela reposição das Freguesias, a nossa posição nessa matéria é muito clara e entendemos que, um processo de reposição terá sempre de passar por uma prévia auscultação das populações abrangidas pelas respetivas agregações, pelo que nos absteremos.

---Quanto aos votos de recomendação do PSD e do CDS a propósito do ensino particular e cooperativo, pese embora partilhemos muitas das preocupações que esses Grupos municipais aqui apresentaram, e a verdade é que não nos revemos de todo com o teor dos considerandos apresentados aqui pelo CDS, pelo que nos vemos obrigados a votar contra, não nos revemos em parte com o teor dos considerandos do PSD pelo que seremos obrigados a nos abster. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Apenas para referir esta questão da reposição das Freguesias, que

é algo que está a ser naturalmente analisado a nível nacional, não será só o Município de Famalicão, ou o Concelho de Famalicão, que terá provavelmente essa oportunidade. Mas querer dizer que no concreto, o que nos deve aqui bastante unir é no mínimo dos mínimos esta sensação que se tem, e que auscultando não só os senhores Presidentes de Junta, mas principalmente as Assembleias de Freguesia. Saber se de facto, há ou não há enormes discrepâncias, enormes desajustamentos, grandes situações em que não há praticamente nada em comum. Lembrando-me não só como aqui foi referido, do problema que nos diz respeito diretamente à União de Freguesias de Famalicão e Calendário, mas olhando para os limites do Concelho, o que é que de comum têm as Freguesias de Sezures, de Arnoso Santa Maria e Arnoso Santa Eulália. Lembrando as Freguesias de Telhado, Vale S. Cosme e outras. Que não sendo muitas no Concelho, sempre se dirá que seria bem melhor saber-se no concreto a opinião dos nossos fregueses, do que manter-se a situação tal como ela está e certamente muito contra a vontade das populações. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Duas breves considerações, uma delas sobre a moção do 1º de maio apresentada pela CDU e uma segunda, a proposta do Partido Socialista acerca da criação de uma comissão. -----

---Em relação à primeira eu diria, que o Partido da CDU apresenta estas propostas sabendo que nós temos que votar não favoravelmente. A partir do momento em que o Partido Comunista, ou a CDU, deixe de utilizar o trabalhador como arma de arremesso, e a partir do momento em que o Partido Comunista, ou a CDU, deixe de considerar que a existência de empresários e a existência de trabalhadores não é uma guerra de classes, mas é uma união de esforços para uma economia produtiva, nós estaremos de facto, a favor de todas estas moções. A partir do momento em que a CDU deixe que entender os sindicalismos que só é livre se pertencer à intersindical, estaremos a favor deste tipo de moções. Como tal e lamentavelmente, não poderemos aprovar a moção sobre o 1º de maio nos termos em que é feita, pelos considerandos que são feitos e especialmente pelo índice restritivo que é feito. O PSD em relação à mesma irá como é óbvio abster-se. -----

---No que concerne à proposta do Partido Socialista acerca da Devesa e do Talvai, pensamos se merecia a pena vir aqui falar outra vez deste assunto. Esta Assembleia já analisou, já discutiu diversas deliberações, diversos documentos, diversas questões sobre estas duas questões. A Câmara Municipal foi suficientemente transparente para trazer a esta Assembleia e a todos os organismos, aquilo que se tratava e aquilo que se propunha. Lamenta o PSD, que o Partido Socialista à falta de outros argumentos, continue a fazer de duas obras que são importantes para o nosso Concelho, continue a fazer chicana política. Como é óbvio, nós sabemos que estas questões já tiveram o crivo desta Assembleia que sobre elas deliberou soberanamente, já tiveram o crivo político, já tiveram o crivo do Tribunal de Contas. E portanto, como não embarcamos em chicana política, iremos votar frontalmente contra este tipo de proposta. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Senhor Deputado, sobre a chicana política e a questão da Devesa e Talvai. Os esclarecimentos que aqui foram prestados não esclarecessem absolutamente nada, senhor Deputado. Eu compreendo que tenha dificuldade em abordar este tema e que preferia nem sequer tocar nele. A verdade é que as questões fundamentais permanecem, por que é que a Câmara Municipal assume compromissos impossíveis, senhor Deputado. Por que é que a Câmara Municipal assume o pagamento de indemnizações milionárias em caso de incumprimento, senhor Deputado. Por que é que a Câmara Municipal não consegue cumprir com as suas obrigações e temos de assistir à transferência maciça de milhões de euros do erário público para a esfera privada sem justificação aparente, acha que estes assuntos não merecem esclarecimento, acha que estes assuntos não devem ser debatidos para bem da democracia local e do esclarecimento dos Municípios, senhor Deputado. Nós achamos que sim. Compreendemos que o senhor ache que não. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Só para responder muito rapidamente, a CDU o PCP, não utilizam o trabalhador como arma de arremesso, quem o faz de facto, é quem os explora. E também neste Concelho, há por aí muita e muita gente, que explora e que enriquece muito à custa de quem trabalha, demasiado até, é ver os números. Uma Coindu fatura, ou tem como lucros 163 milhões. Uma Mabor faz uma faturação 1 milhão e mil e oitocentos milhões e tem como lucros líquidos 182 milhões. Portanto, não é uma arma de arremesso, é sim de facto, o baluarte e a defesa dos trabalhadores. -----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Esteve aqui há meia dúzia de dias o Professor Freitas do Amaral, a quem eu tive oportunidade de dizer, que tanto ele como eu, eramos dois democratas cristãos fora do rebanho. Dito isto, gostei muito da intervenção da Deputada do CDS, não tenho o privilégio de conhecer o nome, e dizer o seguinte, independentemente da votação do Partido Socialista que não sei qual vai ser, sobre a matéria que aqui trouxe conseguiu sensibilizar-me e eu vou votar a favor na sua intervenção. -----

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – Em nome do Grupo Municipal, venho pronunciar-me do sentido de voto do Grupo em relação aos votos propostos. Em relação às moções da CDU sobre o 1º de maio, é mais do mesmo e já foi quase tudo dito pelo meu ilustre colega do PSD, por isso vamos votar contra.

---Em relação ao voto pela valorização do Hospital de Famalicão, vamo-nos abster. -----

---Pela proposta da reposição das Freguesias, também já foi quase tudo dito em relação a esta matéria, vamos votar contra. -----

---Em relação ao voto do PS para a constituição de uma Comissão, vamos votar contra, porque efetivamente acordo passou por todos os crivos legais e todos os procedimentos foram absolutamente transparentes. Penso que já foi tudo dito sobre esta matéria e vamos votar contra. -----

---Em relação ao voto do PS da Educação. Primeiro, gostava de perceber, quando o PS refere que não concorda com os nossos considerandos e tendo lido os nossos considerandos, tendo em conta essa tomada de posição em relação a isso, não podemos acreditar que realmente isto trás honestidade

política esses considerandos do PS. Primeiro, omitem aqui na recomendação o ensino particular, primeiro recebem-no no texto mas depois omitem-no na recomendação. Definem um período não inferior a três anos, mas esse período na nossa opinião é curto porque muitos dos ciclos não cabem nesse período de três anos. Consideramos que isto é um voto para ficar bem na fotografia, mas depois na forma como reagem aos votos das outras forças políticas entendemos que realmente isto não trás seriedade política, por isso, vamos votar contra. -----

---Associamo-nos como é óbvio ao PSD no voto de pesar, pelo falecimento do senhor Amândio Carvalho, vamos votar a favor. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Senhor Presidente, nos termos do Regimento o mesmo consagra, a possibilidade de algum Grupo Municipal requerer a votação em separado de algum dos pontos dos documentos em discussão e votação. Essa possibilidade pressupõe, ou poderá ser defensável que a mesma pressupõe que o documento que está sujeito a votação está numerado, ou tem alíneas, ou seja, nº 1,2,3 e 4 e portanto para que os outros possam requerer a votação em separado, ou tem alíneas A,B,C ou D. No caso concreto em que nós queríamos interpelar a Mesa, no sentido, se no entendimento da Mesa, vamos dar o nosso naturalmente, se é possível não obstante um documento aqui no caso concreto é o voto de recomendação do Partido Socialista sobre o ensino cooperativo, não estando o mesmo numerado e não tendo qualquer alínea se era possível solicitar a votação em separado das suas quatro recomendações. Por que há uma recomendação mas não é uma recomendação única, porque depois tem quatro recomendações diferentes, encadeadas naturalmente e contextualizadas, mas que podem no nosso ponto de vista, ser objeto de uma votação diferente. É evidente que o Regimento não é tão claro nesta matéria, nós, se me permitir senhor Presidente, entendemos que esta votação em separado será sempre possível, tanto mais não seja por que se apenas fosse possível votar em separado quando as propostas e recomendações estão numeradas, bastaria qualquer Grupo Municipal quando as apresentasse nunca colocasse essa numeração e in visaria esta votação. De qualquer dos modos, é certo sei bem, que só é possível votação em separado se o Grupo Municipal proponente, ou seja, se o Grupo Municipal autor da proposta der o seu assentimento. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, o artigo 46º, nº 1 alínea D do Regimento, refere que, relativamente ao período da Ordem do Dia haverá um período de Antes da Ordem do Dia por cada sessão o qual será destinado, a alínea D, à emissão de votos de congratulação, de saudação, de protesto ou de pesar e apresentação de moções, recomendações, propostas e requerimentos. Enfim, processualmente não discrimina depois como é que essas recomendações se estabelecem. O meu entendimento é de que as recomendações avaliam-se substantivamente, e este documento que o Partido Socialista apresenta traduz quatro recomendações.

---Que seja reconhecido o trabalho meritório desenvolvido pelos estabelecimentos de ensino

cooperativo, etc.-----

---Que se sensibilize o Ministério da Educação para o interesse público em renovar os contratos de associação, etc.-----

---Que seja definido um período não inferior a três anos, que possibilite uma adaptação das escolas, etc.-----

---Que desta decisão seja dado conhecimento ao ministério da Educação, Câmara Municipal e escolas relacionadas.-----

Substantivamente este voto de recomendação desdobra-se na parte resolutiva em quatro recomendações. O senhor Deputado, não sei se em nome do Grupo Municipal do PS, pretende requer a votação em separado? O entendimento da Mesa é que tem o direito de requerer a votação em separado relativamente a estas quatro propostas, e a mesa adere se o Partido Socialista requerer em separado e o autorizar. Se o requerente não o autorizar a votação será em conjunto.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Basicamente devo dizer e também por uma questão de lealdade municipal, para dizer que nós iremos requerer a votação em separado do nº3, ou seja, 1, 2 e 4 em conjunto e o nº3 em separado.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Entendemos que a proposta é num conjunto global de quatro recomendações, não vemos necessidade de votar em separado essas recomendações.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Portanto, o senhor Deputado não autoriza a votação em separado em representação do seu Grupo Municipal, então vamos votar conjuntamente.

---**POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO 1º DE MAIO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUINZE VOTOS A FAVOR, SEIS VOTOS CONTRA E QUARENTA ABSTENÇÕES.**-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE À VALORIZAÇÃO DO HOSPITAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM DEZASSETE VOTOS A FAVOR E TRINTA E SETE ABSTENÇÕES.**-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE Á REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E SEIS VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E TRÊS VOTOS A FAVOR.**-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AOS TERRENOS DA DEVESA E DO TALVAI,**

FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS CONTRA E DEZASSEIS VOTOS A FAVOR. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO, FOI O MESMO APROVADO, COM QUINZE VOTOS A FAVOR, TRINTA E NOVE ABSTENÇÕES E DOZE VOTOS CONTRA. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, RELATIVAMENTE Á CONQUISTA DO TÍTULO DE CAMPEÃ DA EQUIPA FEMININA DO ATLÉTICO VOLEIBOL CLUBE, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES. ---

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA PELO FALECIMENTO DO SENHOR AMÂNDIO OLIVEIRA CARVALHO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP RELATIVAMENTE Á DEFESA DO TRABALHO EFETUADO PELO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E CATORZE VOTOS CONTRA. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP RELATIVAMENTE Á CONQUISTA DO TÍTULO DE CAMPEÃ DA EQUIPA FEMININA DO ATLÉTICO VOLEIBOL CLUBE, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---Neste momento aguarda-se um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Amândio Oliveira Carvalho.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Deu início à ordem de trabalhos.-----

-----ORDEM DO DIA-----

---**PRIMEIRO PONTO** – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Fiquei a saber hoje que a Câmara Municipal, voltou atrás numa decisão que tinha tomado e quero felicitar a Câmara Municipal na figura do seu Presidente, por ter tido essa humildade e essa abertura que se traduziu no volte-face. Em todo o caso, não queremos deixar de assinalar, que o facto de o Município, ter entendido que na sua relação com o mundo associativo poderia proceder à entrega de concessões de apoio financeiro nos termos de um contrato-programa, em que esse pagamento poderia ser feito diretamente pela Câmara à entidade prestadora do serviço, nomeadamente, manutenção de relvados sintéticos, era uma postura claramente desrespeitosa da autonomia das associações e era uma posição claramente abusiva, e em todo o caso perfeitamente inoportável com o respeito pela liberdade associativa, uma postura imprópria de quem dizia valorizar o papel da sociedade civil e das necessidades de valorizar e aprofundar para participação cívica. Em todo o caso, e por vezes estas histórias acabam bem, o senhor Presidente voltou atrás na sua decisão, facto que, não queremos deixar de assinalar como sendo positivo.-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Para naturalmente aqui referir algumas questões, ou algumas interrogações, por forma a que possamos ser esclarecidos quanto às mesmas. No que diz respeito ao atendimento ao cidadão, gostaríamos que o senhor Presidente e já insistimos mais do que uma vez sobre isto, nos pudesse informar grosso modo, que tipos de assuntos são mais focados, os mais graves digamos assim, do que padecem os famalicenses. Por outro lado, no que diz respeito à questão deste projeto de tele contagem dos contadores da água, gostaríamos de saber qual é o valor deste investimento para as instalações destes mesmos contadores. Em similitude com a situação inicial, também gostaríamos de poder ser informados no que diz respeito aos encontros com o movimento associativo, de facto, em que é que consiste esta proximidade desta auscultação e naturalmente, quais são sobremaneira as grandes dificuldades que o movimento associativo atravessa, sendo certo que a nosso ver alguns aspetos que dizem respeito ao movimento associativo, parece-nos que de alguma forma, deveriam ter uma agilidade maior, deviam ser mais participativos na sua ação, sempre naturalmente, com o apoio da Câmara. Mas por esta via pensamos que deviam ser muito mais interventivos na sua vida associativa. Quais serão os motivos de alguns dos aspetos da sua não intervenção, se o senhor Presidente da Câmara porventura tem colhido alguns desses aspetos gostaríamos de saber. Também no que diz respeito às questões promocionais da cultura, da animação cultural, voltaríamos a referir o grande problema que é ainda o não se ter feito nada no sentido, cremos nós, da reabilitação do Teatro Narciso Ferreira em Riba D´Ave, o que muito orgulharia sobretudo os Riba avenses quanto a esta valência e ela fosse reativada. Também em relação aos parcómetros, segundo notícias vindas a público nos jornais, pelos haverá seis ruas que irão ser alvo de parcómetros.

É um excesso que a nosso ver, não faz já sentido, uma grande parte das ruas de Famalicão já têm parcometros instalados e designadamente, estas duas ruas que confinam com o Hospital, a Rua Cupertino de Miranda, mas também junto ao Parque da Juventude a Rua Luís Barroso. Pensámos que é um erro estas ruas passarem a ter parcometros instalados. Também gostaríamos de referir como muito positiva, a intervenção no recinto da Feira e no início da Rua José Meneses, por forma a que e pensámos nós, estamos em crer que a empreitada levará a cabo certamente toda esta rua que se encontra bastante degradada sobretudo os passeios, precisa de uma intervenção adequada para que não haja só queixas dos comerciantes mas a dignidade regresse anos depois àquela zona. Gostaríamos ainda de referir, no que diz respeito às questões que se relacionam com a cooperação das Cooperativas Fabricoop e Frutivinhos e a Caixa de Crédito, gostaríamos de saber qual é na verdade nesta altura o ponto da situação desta cooperação. Finalmente, também no que diz respeito às visitas às Escolas Profissionais e Cooperativas de Ensino, quais os principais problemas que aí são registados e uma vez que nesta área importava também saber-se do que padecem algumas das situações, ou do que são as principais carências desta zona. Na área da Saúde, como sabe, a intervenção do PCP na Assembleia da República, possivelmente esta intervenção vai fazer com que este Hospital regresse à sua boa referência que teve noutros anos, fazemos votos que isso venha a acontecer e pugnaremos por isso. Mas também o repto fica lançado aqui à Autarquia, para que acompanhe bem de perto o retomar de um investimento tão importante que é a saúde para todos os famalicenses. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, na sua intervenção sobre a questão dos apoios da Câmara Municipal às Associações Desportivas, no que diz respeito à manutenção dos relvados naturais e sintéticos. Oh! Senhor Deputado, como eu tive ocasião de dizer na reunião de Câmara, a Câmara Municipal quando põe uma cláusula destas num protocolo, não faz por iniciativa própria senhor Deputado, faz por iniciativa das Associações. É preciso não esquecer, que foi por vontade explícita das Associações que se fez constar no protocolo uma cláusula que permitia a cedência de posição no que diz respeito aos créditos emergentes desse protocolo. O Senhor Deputado, não sei se é jurista, não tem que ser, a eliminação dessa cláusula senhor Deputado, não retira às Associações o direito de ceder a terceiros créditos. O senhor Deputado deve saber, que esse é um direito livre, ninguém pode impedir um credor de ceder a terceiros o crédito que detém em relação ao seu devedor. E portanto, o facto de essa cláusula ter sido retirada do protocolo, não impede que essa cedência de posição contratual aconteça porque ela resulta da Lei, senhor Deputado. O senhor não sabe, não tem que saber, não é obrigado a saber mas resulta da Lei, não resulta do protocolo, estar ou não estar no protocolo é indiferente. Nós tiramos essa cláusula, sabe porquê senhor Deputado, por porque é indiferente, no caso concreto é absolutamente indiferente, é um direito do credor. No caso da Associação Desportiva, de em vez de receber diretamente o crédito da Câmara Municipal, de o ceder a uma terceira parte esse mesmo direito, é um direito que está ao alcance do

credor que é a Associação Desportiva. E portanto, senhor Deputado, o que o senhor aqui referiu não tem a ver com uma qualquer postura desrespeitosa da Câmara Municipal em relação às Associações. O que é desrespeitoso, é aquilo que o senhor Deputado está a fazer e o seu Partido em relação às Associações. O senhor é que está a ter uma atitude e o seu Partido, uma atitude de desrespeito pela liberdade das Associações. O senhor está a querer obrigar as Associações a escolher o seu caminho, não esteja preocupado com o que fazem as Associações, senhor Deputado. Deixe às Associações Desportivas o direito de escolher como é que querem exercer o seu direito de crédito, o senhor tem alguma coisa contra isso? O que eu hoje aqui assisti, senhor Deputado, e lamento, é um ataque à liberdade das Associações Desportivas. A Câmara Municipal não alinha nisso, senhor Deputado, e por isso lhe digo, retiramos aquela cláusula não é nenhum recuo, senhor Deputado, o senhor está enganado. Se para o Partido Socialista é relevante haver aquela cláusula, nós retiramo-la, porque aquela cláusula sair do protocolo não derroga a Lei, senhor Deputado. A Lei tem prevalência como o senhor sabe, e se a Lei permite a cessão de créditos compete aos credores, no caso ao credor Clube, optar por fazer ou não. -----

---Senhor Deputado, Domingos Sousa, sobre a questão da tele contagem, pensava que se estava a referir às Lameiras, é uma experiência piloto que está a ser executada, é uma despesa na ordem dos 18 mil euros.-----

---Quanto à questão do estacionamento automóvel na Cidade. Oh! Senhor Deputado, não sei se são seis ruas, se são cinco, se são quatro, não há nada de concreto, foi aquilo que foi dito à comunicação social. O que está a ser elaborado é o trabalho de avaliação de um contrato que nos pré existiu, está em vigor, que vincula a Câmara Municipal e que nós entendemos que deve ser alterado em alguns aspetos. O que nós achámos é que este é o contexto ideal para reanalisarmos todo o estacionamento na Cidade. É indiscutível que isso pode passar pelo aumento do estacionamento concessionado, mas não há nenhum compromisso, nem há nenhuma sinalização concreta de ruas muito menos uma quantificação das mesmas. -----

---Quanto à visita às Escolas, senhor Deputado, a Câmara Municipal está nas Escolas de uma forma permanente e natural. Pode estar o Presidente da Câmara, pode estar o senhor Vereador, pode estar alguém da Câmara Municipal porque essa relação é permanente. Nós fizemos um conjunto de visitas no contexto do arranque do ano letivo a todas as Escolas do Concelho de Famalicão, uma visita para desde logo assinalar ou reforçar o empenho que temos no sucesso do processo educativo. E penso que se referiu às escolas Profissionais, deixe-me dizer-lhe o seguinte sobre isso, é de saudar o trabalho que as escolas Profissionais têm feito de sensibilização dos nossos alunos e das suas famílias, que permitem que Famalicão esteja também a esse nível na frente do pelotão nacional, porque somos um dos poucos Concelhos que já supera a meta que a ambição deste Governo e também era ambição doutros Governos, os sucessivos Governos têm fixado a meta nos 50% dos alunos que estão no

secundário que preferiram cursos profissionais. Felizmente, já há vários anos Famalicão superou essa meta, isso é muito positivo por várias razões, desde logo, porque estamos a formar bem os nossos concidadãos e criando condições para que as nossas empresas também sejam bem-sucedidas. São boas notícias para Famalicão, nós fomos mais do que testemunhar essas boas notícias, fomos reforçar o nosso apoio nas Escolas.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Senhor Presidente, eu confesso quando o oiço falar de contratos e protocolos, até me dá arrepios porque lembro-me logo dos contratos e dos protocolos da Devesa e do Talvai, também tinha lá umas cláusulas e essas cláusulas depois deram no que deram, senhor Presidente. A questão aqui é uma questão de princípio, senhor Presidente, diz-nos, informa-mos que a Lei “não inviabiliza a cedência de créditos”, pois muito bem, não é isso que está em causa, senhor Presidente. O que está aqui em causa, é a postura e a atitude da Câmara Municipal ao abordar as Associações nos termos em que as abordou. Tendo uma postura claramente atentatória da sua liberdade de gestão, procurando sinalizar nos próprios contratos um procedimento que não era promotor de transparência e dá azo, a que possa surgir e adensar-se suspeitas, e suspeições porventura infundadas acerca das verdadeiras intenções e motivações. Pois se a Lei não exige que lá estejam, porque é que lá estão?-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Duas questões, sendo o período das informações não necessariamente um interrogatório ao senhor Presidente da Câmara Municipal, interrogatório no bom sentido naturalmente. Permitam-me dizer o seguinte, há afirmações que se fazem por vezes nesta Câmara que carecem de alguma fundamentação e de alguma sustentação. E já é a segunda vez que o senhor Deputado, Vitor Pereira, vem aqui a este púlpito dizer e a acusar a Câmara Municipal, pondo na pessoa do senhor Presidente, presumo também na pessoa do senhor Vereador do Desporto, afirmações e comportamentos que ainda não fundamentou. E nessa circunstância, nós não podemos aceitar que as mesmas não sejam fundamentadas, tanto mais que não é a primeira, é a segunda vez. E por isso, o desafio que aqui lançamos no meio desta discussão, é que o senhor Deputado do Partido Socialista de facto, de alguma forma procure sustentar e já agora dizer quais foram as Associações onde isso aconteceu, ou que lhe transmitiram exatamente essa acusação que o senhor aqui acabou de proferir. Porque era importante e nós também gostamos de saber, tanto mais que compete a esta casa e a esta Assembleia Municipal fiscalizar a atividade desta Câmara Municipal, nós também queremos contribuir para que essa fiscalização aconteça. Mas pedimos, desafiamos o senhor Deputado para que fundamente a sua acusação. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Como é óbvio, eu não vou alinhar neste diálogo de suspeitas e suspeições. Sabe que na vida a gente vai aprendendo quando reproduz uma afirmação deve estar seguro da veracidade da afirmação que está a produzir, senão é melhor não a produzir, senhor Deputado. A relação que temos com as Associações, é demasiado séria para estarmos a trazer

à colação aquilo que temos com as Associações para um debate estéril como está a ser este, senhor Deputado. Deixe-me dizer-lhe só outra coisa, eu não sei se o senhor conhecia a cláusula, senhor Deputado, a cláusula que estava no protocolo era uma cláusula que permitia a cessão de posição contratual, não é uma cláusula que impunha, senhor Deputado. O senhor, se calhar não leu o protocolo, convém que leia, senhor Deputado. A cláusula que estava no protocolo, não estabelecia que o Clube Associação Desportiva estava comprometido a ceder o direito que viria a adquirir da Câmara Municipal, era uma cláusula de permissão, senhor Deputado, só para perceber a lisura com que a Câmara Municipal trabalha nestas matérias. Nós temos relações com as Associações, nós Câmara Municipal, não é este Executivo, de há muitos anos, senhor Deputado. O senhor vem aqui trazer uma denúncia de pressão da Câmara Municipal em relação às Associações. Mas pressão de quê? Senhor Deputado! Pressão de contratação? O senhor quer dizer o quê? O senhor não concretizou ainda nada, nem disse qual era a pressão, nem disse quais eram os pressionados. Eu acho que este debate, senhor Deputado, é um debate bem-vindo se for construtivo e para ser construtivo, temos que trazer juntamente com as nossas afirmações concretização para que o mesmo possa ser bem-sucedido.

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Como referiu o senhor Deputado e muito bem, falei neste assunto por duas vezes. Estive atento a primeira vez e referi-me ao mesmo, pronunciei-me no sentido de felicitar o Município pelo facto, de ter tido uma postura de abertura e de ter recuado no que parecia ser um mau sinal para o mundo Associativo em geral. E portanto, a minha primeira intervenção, foi numa intervenção de felicitação da Câmara Municipal por esse facto, daí, me tenha escusado de grandes considerandos acerca do tema, pois entendi que seria evidente para todos, uma vez que a postura da Câmara tinha sido essa, a de recuar, que seria evidente para todos. Em todo o caso, não deixo de querer aqui notar que eu nunca mencionei que a Câmara tivesse pressionado fosse quem fosse. Eu comecei por referir, precisamente que a Câmara retirou e recuou numa postura inicial, que era uma postura atentatória da liberdade do mundo Associativo. Essa é a questão, como de resto é típica, enfim de alguma ideologia de direita. Quanto à fiscalização, não é a necessidade de fiscalização que o senhor Deputado aqui mencionou. Eu concordo consigo, senhor Deputado, realmente nós devemos fiscalizar e fiscalizar tudo, não devemos é ter uma fiscalização seletiva. Uma fiscalização quando porventura entendemos que interessa, e a ausência de fiscalização quando entendemos que a mesma nos é inconveniente. Isso era bom de se notar, porque já hoje foi pedido aqui dar-se início de um processo fiscalizador e nesse particular, o senhor deputado não referiu a sua necessidade. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Não trazendo nenhuma luz sobre esta discussão, antes pelo contrário, sendo uma questão sobre iluminação, ia fazer uma questão ao senhor Presidente da Câmara relativamente à iluminação pública da Cidade. Se há projetos de alteração dos candeeiros, nomeadamente, pela poupança possível que nos dias que correm é permitida pela alteração do tipo de lâmpadas e uma melhoria, eu sei que esta não é a época do ano que nós sentimos mais falta da

iluminação, daqui a alguns meses iremos sentir. Mas qual formiga, senhor Presidente da Câmara, podemos pensar nisso e estou a lembrar-me daqui a algumas semanas, poucos meses, na invernada faz-se sentir em algumas zonas e algumas zonas nobres da Cidade alguma falta de iluminação pública, nomeadamente, próximo das Piscinas Municipais de Famalicão, ou das Escolas, ou do Pavilhão. E penso que, nesse aspeto e até por uma questão de segurança pela população jovem em que circunda esses espaços, há que ponderar seriamente um reforço de iluminação pública da Cidade e uma otimização dessa iluminação. Deixo esta questão. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Paulo Costa, nós estamos de facto, a analisar, sabe que neste momento existem diferentes soluções possíveis acerca da iluminação pública. Nós estamos a analisar as várias possibilidades que existem e não escondo que estamos a fazer essa avaliação com a análise do enquadramento comunitário dos apoios. Ambos os aspetos são relevantes, por um lado preocupa-nos a escolha da solução concreta que venha a revelar-se mais eficaz, não só do ponto de vista de iluminação pública, mas também do ponto de vista da poupança que é fundamental, devem estar associadas a eficácia à poupança da medida e também a questão do apoio comunitário que possa existir. É um processo que está em curso, estamos convencidos que dentro de poucos meses teremos esse processo concluído, para que depois possamos atrever-nos digamos assim, a implementação em sede concelhia. Quanto à questão de escassez de iluminação, é um processo em contínuo, nós temos um contrato com a EDP como é conhecido, tem as suas limitações, é um contrato antigo, estamos a aproximarmo-nos da fase da renegociação que pode ser uma altura boa para que nós possamos contemplar essas situações. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, uma pergunta muito breve, na reunião de Câmara de ontem, foi votada a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Riba D´Ave para a requalificação do Parque Infantil. Não obstante o Parque ser privado e pertencer à Paróquia, o senhor Presidente terá dito que haveria um protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e a Paróquia. E para que o PS querendo, poderia solicitar à Junta de Freguesia cópia do mesmo. Ora, segundo a informação que me foi dada, questionada a Presidente de Junta, ela terá dito que não existiria nenhum protocolo assinado para esse fim. Não obstante, defendemos o fim e o propósito do apoio, que fique claro. Gostaríamos de saber exatamente e ficamos um bocadinho desconfortáveis ao saber destas incongruências, não sei se o senhor Presidente nos poderá esclarecer relativamente a este assunto. --

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, sobre o que eu disse ontem na reunião de Câmara, não acrescento nem retiro nada. A Câmara Municipal, sabe que existe um protocolo entre as partes, esse protocolo existe. Quanto ao resto, é uma questão que o senhor Vereador que provavelmente lhe disse o que aconteceu na reunião de Câmara, pode obter junto da entidade competente. Da parte da Câmara Municipal, desde ontem para hoje, nada mudou, nada acrescentou, nada se retirou. -----

--- **SEGUNDO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de:-----

- 2 (dois) trabalhadores, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercerem as funções descritas no mapa de pessoal, aprovado para o ano de 2016, relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de atividade de Psicologia, com recurso à reserva de recrutamento interna resultante do procedimento concursal comum aberto pelo aviso nº 5763/2014, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 87, de 7 de maio de 2014, respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final homologada em 3 de setembro de 2015, nos termos da proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECRUTAMENTO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, DE:** -----

- 2 (DOIS) TRABALHADORES, NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DESCRITAS NO MAPA DE PESSOAL, APROVADO PARA O ANO DE 2016, RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES PARA A ÁREA DE ATIVIDADE DE PSICOLOGIA, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA RESULTANTE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM ABERTO PELO AVISO Nº 5763/2014, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 87, DE 7 DE MAIO DE 2014, RESPEITANDO A ORDENAÇÃO CONSTANTE DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

 ---**TERCEIRO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Artur Manuel Ferreira Rodrigues com sede na Rua de São Francisco de Assis, Bloco A, nº 200 R/C da União de Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE ARTUR MANUEL FERREIRA RODRIGUES COM SEDE NA RUA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, BLOCO A, Nº 200 R/C DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA, ARNOSO SANTA EULÁLIA E**

SEZURES, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.

---QUARTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Reis & Silva, Lda, com sede na Rua do Bastelo, nº 112, Freguesia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE REIS & SILVA, LDA, COM SEDE NA RUA DO BASTELO, Nº 112, FREGUESIA DE FRADELOS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA. -----

---QUINTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela sociedade Ferespe-Fundição de Ferro e Aço com sede na Rua da Brasiela, nº 60, Freguesia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, nos termos da proposta.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA SOCIEDADE FERESPE-FUNDIÇÃO DE FERRO E AÇO COM SEDE NA RUA DA BRASIELA, Nº 60, FREGUESIA DE FRADELOS, CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – A CDU votou contra estas propostas, porque continuamos a entender que elas privilegiam em demasia, digamos assim, os chamados proponentes interessados em levar por diante um investimento. Achamos que de facto, a isenção em relação ao IMI e taxas municipais não se compadecem com aquilo que é um critério que tem que ser pautado por justiça em

comparação com muitos outros famalicenses. Achamos portanto, que há um exagero nisto, sendo certo que, apoiando como naturalmente apoiávamos projetos deste calibre por forma a que Famalicão possa na verdade ter mais investimento e ter mais emprego, mas achamos que é demasiado aquilo que está proposto. Sendo certo também, que o facto de haver por si só, já a possibilidade do projeto ser levado por diante com os apoios que a Câmara tem em termos técnicos, por si só, já seriam o bastante para o avanço e para o estímulo de projetos deste género.-----

---**SEXTO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento dos Selos “Famalicão Visão 25”, nos termos da proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DOS SELOS “FAMALICÃO VISÃO 25”, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

---**SÉTIMO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual a atribuir ao Barrimau Futebol Clube de um subsídio financeiro, no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros), tendo em vista a construção do recinto desportivo, nos termos da proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL A ATRIBUIR AO BARRIMAU FUTEBOL CLUBE DE UM SUBSÍDIO FINANCEIRO, NO MONTANTE DE 40.000,00€ (QUARENTA MIL EUROS), TENDO EM VISTA A CONSTRUÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

---**OITAVO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de Avaliação das Cedências nos alvarás de loteamento ano de 2015 para o domínio do Município, nos termos da proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS NOS ALVARÁS DE LOTEAMENTO ANO DE 2015 PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

---**NONO PONTO**- Discussão e votação dos documentos de prestação de contas (relatório e prestação de contas e conta de gerência) e relatório de gestão de 2015., nos termos da proposta. ----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**FERNANDO MONIZ (PS)** – Permita-me senhor Presidente começar por referir, vou tentar seguir a sua sugestão de me debruçar mais sobre os aspetos qualitativos da gestão municipal e menos pelos aspetos numéricos ou quantitativos. De facto, a realidade é a realidade, factos são factos, e os números muitas vezes são feitos. E portanto, no que toca a esta análise do relatório da Conta de Gerência, permita-me começar por referir uma constatação que nos diz que nos últimos anos dos mandatos autárquicos em geral, a maior captação de receitas permitiu financiar um aumento constante das despesas correntes enquanto o investimento era suportado pelos apoios governamentais e fundos comunitários, todos nós sabemos disso. No nosso Concelho, os Centros Escolares, os Equipamentos Sociais e o Parque da Devesa, são exemplo mais recente de investimentos realizados no nosso Município e que foram financiados pelas ajudas nacionais e comunitárias. De certa maneira incompreensivelmente, investimentos fundamentais como seja a água e o saneamento, não foram no nosso Concelho concretizados devidos a erros de gestão ou incúria na apresentação tempestiva dos respetivos projetos aos financiamentos comunitários e também à opção pela afetação de recursos humanos e financeiros a uma contínua programação de eventos, com efeito mediático local, mas sem contributo efetivo para o desenvolvimento do nosso Concelho. Os resultados desta escolha, senhor Presidente, que privilegia o imediatismo e as soluções de sentido mínimo implicam pressão nas contas municipais, assim, vários milhões de euros para água e saneamento, não têm agora apoio comunitário sendo suportados a custas próprias, como publicamente referiu o senhor Presidente da Câmara, ao mesmo tempo que originam uma estrutura de despesa que hoje dedica cerca de 70% do orçamento municipal, não para investimento mas para gastos correntes, enquanto em anos atrás representavam pouco mais de 50%. Hoje 70%, há poucos anos não ultrapassavam os 50%. Com o estado a que chegaram as vias municipais e os equipamentos cuja manutenção é da responsabilidade da Câmara, por muito fantasiosa e otimista que seja a visão municipal das contas com um saldo próximo dos 100% e a inesgotável capacidade de endividamento, o que é certo, é que as grandes opções, as nossas grandes opções consistirão em optar apenas pelas despesas correntes. Ou seja, as nossas grandes opções são as despesas correntes. Paradoxalmente, nos últimos anos os impostos diretos aumentaram em média cerca de 10% ao ano. A receita com o IMI idem, a derrama cresceu a um ritmo exponencial e como se não bastasse o IRS, aquele IRS que sai dos bolsos dos famalicenseiros para reforçar o orçamento municipal aumentou a um ritmo semelhante. Muitos dos famalicenseiros não saberão, mas é nossa obrigação voltar a recordar que estes impostos, tal qual se refletem nas contas municipais e nos nossos bolsos, não são da responsabilidade do governo, só existem desta forma tão pesada para as empresas e cidadãos porque a Câmara Municipal assim o decidiu. Bem ou mal, seja qual for a

perspetiva, a Câmara Municipal assim o decidiu. Mas será que a Câmara Municipal teve a intenção, legítima naturalmente, de arrecadar mais impostos para propor e promover os necessários apoios sociais, e ajuda efetiva e representativa, e não meramente simbólica às famílias e aos cidadãos, sobretudo àqueles cidadãos desfavorecidos, a resposta é claramente não. Será que a Câmara Municipal decidiu reforçar os parques apoios às associações concelhias, ainda há bocado aqui referidas pelo senhor Presidente, ou as transferências para as Freguesias, a resposta é não. Continuando estas em baixa e as associações locais, apesar dos discursos laudatórios, costumeiros aliás, as associações continuam dispensadas de afirmar o seu potencial numa verdadeira promoção da cultura popular e da coesão social, e territorial na nossa escala concelhia. E aí há tanta coisa a fazer e há tanta coisa que estas associações poderiam fazer e não fazem, porque o seu potencial não está a ser devidamente aproveitado. Será que a Câmara Municipal decidiu reduzir drasticamente a dívida, ou reforçar a poupança municipal ganhando novo fôlego financeiro para os desafios e projetos do futuro, a resposta felizmente é não. Pois o que a Câmara se prepara para consumir, gostem ou não gostem de ouvir, não é uma poupança municipal, mas sim, o reforço ilegítimo e injustificado de poupanças particulares, designadamente, com as transações da Devesa, de Talvai e dos terrenos da ex-futura zona desportiva, isto para não falar da abortada parceria público-privada, que como todos nos recordamos, resgataria dos cofres municipais 500 mil por mês durante 25 anos. Face a esta realidade, senhor Presidente, são erráticos e dispensáveis os discursos proclamatórios do oásis virtual do nosso Município. O melhor para viver, afirma-se frequentemente. Apesar de sabermos que ter uma Cidade por construir, com uma zona urbana à deriva, basta percorrê-la, penalizada por uma confrangedora ausência de sentido estratégico. Será o melhor para estudar, apesar de incompreensivelmente recusarmos o IPCA, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, designadamente por Pólo do Ave, que nos foi prometido e é devido, mas que nós teimamos em recusar, não sei porquê, ainda não foi explicado, continuando nós isolados, sem Ensino Superior Público, somos o único que não temos Ensino Superior Público. O único Município da Região com uma escala desenvolvida como a nossa, que não tem Ensino Superior Público com tudo o que de negativo este facto representa. Mas dizem, somos o maior exportador, pois sim, logo a seguir a Palmela e por culpa da Continental. Somos o mais amigo das famílias e das empresas apesar das elevadas taxas, impostos e derramas, somos o mais isto e mais aquilo, e até o mais reciclável. Para completar a laudatória, faltaria referir que o nosso Município é também o mais resignado, o menos afoito e reivindicativo, é o mais resignado, é o menos afoito e é o menos reivindicativo, reivindicação entendida sempre no sentido positivo, que é legítima e é necessária, senhor Presidente. Veja-se o Centro Tecnológico das Carnes, que já era, estava para ficar cá, muita falta nos faz para o nosso desenvolvimento, mas já não vem para Famalicão. Ou a ex-futura Variante do nosso contentamento, que aceita sem luta a sua negação de 100 milhões de euros ao nosso Município, estou a falar de dinheiro que deveria vir para cá e vai porventura para a região circundante

de Lisboa. Estou a falar por exemplo, da construção do nosso Tribunal ou o ataque despuadorado ao Centro Hospitalar, ou ao sub-reptício desvio de milhões de Fundos Comunitários, e nós estando atentos vemos com frequência ao Municípios daqui à volta, não só da nossa região mas também da área metropolitana do Porto, todos os dias reclamarem para esta injustiça na transferência e na distribuição de verbas comunitárias. Senhor Presidente, sem nenhuma acrimónia procurando aliviar um pouco a análise, permita-me dizer, que faltaria ainda referir que o nosso Município é também o mais eventual, ou seja, o que promove mais eventos, ainda que eventos desvirtuados, quais Feiras de Artesanato ou dos protagonistas passaram a ser não os artesãos mas os Quim Barreiros, ou o afamados restaurantes da carne arouquesa. Assistimos recentemente, a um apelo do senhor Presidente da Câmara, reclamando coragem aos Partidos para um consenso à volta da estrada nacional 14. Muito bem, senhor Presidente, mas senhor Presidente, um apelo ao consenso é sempre saudável e louvável vindo do primeiro responsável municipal, mas francamente, o exemplo selecionado, é tanto lógico e pouco mobilizador. Com efeito, senhor Presidente, é sabido que a oposição votou a favor da obra de requalificação, estando assim o consenso garantido. Apesar de ser certo e sabido, que a requalificação minimalista mantendo apenas duas faixas de rodagem, se desvia estrondosamente da Variante projetada estando isso sim, lamentavelmente assegurado o seu futuro congestionamento e o desvio dos objetivos essenciais de reforço da centralidade e a atratividade do nosso Município. Essa é que é a grande questão, este reforço da centralidade e da atratividade do nosso Município não vai resolver-se com uma estrada ainda que melhorada, de apenas duas faixas que nos vai ligar daqui ao Porto e naturalmente, daqui para o interior da região em que nos inserimos. Senhor Presidente da Câmara, reconheço-lhe capacidade política para fazer muito melhor do que aceitar transformar-se num Presidente acomodado à inovação aparente e ao otimismo inconsequente. Quero acreditar que rejeitará a contingência de autolimitar, ou permitir que o condenem a ser um mero gestor de gastos correntes. Não aceito, senhor Presidente, em transformar-se num mero gestor de gastos correntes, é isto que está a acontecer, é isto que infelizmente evidenciam os números, os factos, também integrantes dos documentos que estamos hoje aqui a analisar. Da mesma forma que acredito, que a oposição sem deixar de o ser e vendo respeitado o seu estatuto, também é importante em Democracia como sabemos, não se portará à partilha de responsabilidade na defesa do interesse municipal e na afirmação política, económica e social do nosso Concelho. Para viabilizar este modelo que reforça o diálogo democrático construtivo e sublinho, diálogo democrático construtivo, porque é cada vez mais necessário e mais importante para o nosso Concelho senhor Presidente, buscando a maior eficácia na defesa de Famalicão e sublinho, eficácia e não apenas conversa fiada na defesa do nosso Concelho, é necessária vontade política e mais humildade democrática de todos, oposição incluída, mas a começar por aqueles a quem foi cometido o mandato de governar o Município. Concedendo em citar *Peter Drucker*, que suponho o senhor Presidente admirará, “ o mais importante é a ideia de ficar o futuro

que já aconteceu”, se ainda não fizemos isto, poderíamos fazê-lo agora, senhor presidente, fica a declaração de vontade, que acredito seja no essencial, partilhada por muitos de nós. Por que aos Municípios cumpre de vez, defender o novo paradigma de desenvolvimento que constitua uma verdadeira defesa da esperança política, tão arredia que anda. Capaz de construir novas verdades, renovação da sociedade contra o espalhafato mediático e negativo, ou a atual retórica do futuro que o restringe às inovações técnicas, ou à expressão de pseudo empreendedorismos, por vezes mais obedientes a interesses particulares imediatos e menos atentos às necessidades do Concelho e dos cidadãos. Ou seja, como bem definiu o senhor Presidente da República, no seu discurso do 25 de abril, “devemos prosseguir os objetivos a que nos propusemos, mas com menos emoções e mais bom senso”. Ou seja, menos propaganda e mais bom senso. Com efeito, as abordagens ao espaço territorial do nosso Município, devem saber interpretar e não dissociar-se da região em que se inserem e interagem, onde infelizmente as dificuldades destroem as famílias, o desemprego persiste, a juventude desacredita e a pobreza alastra contrastando com os cenários irreais de abundância e felicidade aparente. Como lucidamente alerta em jeito de sobressalto cívico, o senhor Padre Lino Maia, Presidente da CNIS como sabemos, ao dizer “que devemos vencer a resignação de nos habituarmos à pobreza, fazendo de conta que tudo está bem quando a vida sorri apenas para alguns”, palavras do Padre Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Devemos vencer a resignação de nos habituarmos à pobreza. Sabemos por outro lado, que a região de que somos parte desejavelmente cada vez mais ativa e esperemos que assim seja, é um espaço territorial com importante peso da indústria todos o sabemos e que regula e que regista maior orientação exportadora contribuindo com o excedente da balança do comércio internacional. Sabemos isso, mas também sabemos que o *Eurostat* confirma que o seu rendimento *per capita*, representa menos de 60% do verificado em Lisboa ao mesmo tempo que assistimos a um movimento de divergência em relação ao país e à união europeia, que nos conduz à condição de espaço territorial mais pobre. É urgente resolver aquilo que numa perspetiva socioeconómica se vem revelando como que um dilema intransponível no nosso contexto e na nossa proximidade, ou seja, na região predominam os setores de média baixa intensidade tecnológica, serão cerca de 70% do total, não obstante o papel desenvolvido designadamente pela Universidade do Minho e pelo Citeve como sabemos e pelo admirável viveiro do mundo digital promovido pela iniciativa privada, isso é inegável. Mas paradoxalmente, o potencial de alargamento da base exportadora dos setores ditos tradicionais, dos nossos setores, dos nossos setores de mão-de-obra intensiva, está muito longe de ser preenchido. Pois curiosamente, muitas vezes nós esquecemo-nos desses dados, pois apenas cerca de 13% das pequenas e médias empresas se dedicam à exportação, apenas pouco mais de 13%, ou seja, a indispensável inovação vulgarmente associada à base tecnológica deve ser mais extensiva aos setores ditos tradicionais, sem preconceitos que colidem com a realidade que nos diz serem provenientes desses setores algumas das empresas

mais competitivas do país e do nosso Concelho. Assim o que sobra a incapacidade empreendedora dos agentes económicos tem faltado em estratégia política, capital de risco, fundos comunitários a que temos direito, financiamento efetivo da economia e redução dos custos de contexto que impossibilitam o aproveitamento de vantagens comparativas da região e também do nosso Município. É aqui, senhor Presidente, que tem espaço reservada à intervenção municipal, radical se necessário e não subserviente na procura de novas verdades e soluções para os reais problemas. É aqui que as vontades, as capacidades e os recursos devem ser prioritariamente afetados, e a tradicional desculpa de que tal não é da competência municipal, restará apenas às mentes de quem desiste da sua terra, de quem desiste de ser Autarca. A propósito, senhor Presidente, sem dramatizar, registamos como facto positivo a anunciada geminação com Arteixo Espanha, pelo simbolismo, mas sobretudo, pela perceção de que poderá envolver sentido estratégico a desenvolver na lógica no que atrás me esforcei por transmitir a esta Assembleia Municipal. Senhor Presidente, regressando à Conta de Gerência e porque factos, são factos, e números muitas vezes são feitos, e porque ainda estamos infelizmente num patamar no respeito às contas, do trouxe e levou e o que sobrar é quem esfolou, o que é muito restritivo e muito primitivo, levará a que o PS não tenha outra opção senão votar contra. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Fernando Moniz, eu confesso que o escuto sempre com muita atenção e já ouvi outras intervenções suas mais focadas no futuro do que esta, estou habituado a ouvi-lo falar mais do futuro do que do passado e o senhor Deputado hoje trouxe-nos aqui mais um relato do passado do que aquilo que ambiciona, não duvido que ambicione, para o futuro do nosso Concelho. E digo, porque trouxe temas como a água e saneamento, eu não sei a que passado é que o senhor Deputado se está a referir, mas devo relembrar-lhe quanto ao presente e ao futuro, como também referiu, temos um plano de investimento que não me parece que haja outro Município em Portugal, com um projeto concreto de investimento tão volumoso em água e saneamento, são mais 5 milhões de euros que vamos investir em água e saneamento no Concelho de Famalicão. O senhor Deputado referiu e é verdade, que não temos qualquer garantia de apoio comunitário para este investimento, e quando digo que marcou a sua intervenção pelo passado, porque o senhor Deputado veio falar das oportunidades perdidas, eu não sei a que passado é que o senhor Deputado se referiu, se é o passado de há oito anos, de há dez, de há quinze, não faço ideia, falou do passado. O senhor Deputado continua a falar do passado quando centrou a sua intervenção no binómio entre a despesa corrente e a despesa de capital. Oh! senhor Deputado, esta separação já não faz sentido hoje em dia, quer que lhe diga porquê, na despesa corrente cabe as despesas como livros escolares, refeições, transportes escolares, iluminação pública, passe sénior, bolsa de estudo, apoio à renda e muito mais, isto é despesa corrente. O senhor Deputado não concorda com esta despesa? Estou certo que concorda. No passado o senhor sabe que fazia sentido aquele equilíbrio, às vezes forçado entre a despesa corrente e a despesa de capital, a receita corrente e a receita de capital, era um equilíbrio

muitas vezes forçado, havia um esforço para ficar no 49.9% e os 50.01%, não faz sentido senhor Deputado que assim seja. O que faz sentido é que nós façamos a despesa boa, a despesa que é útil para a comunidade, e nós gostaríamos senhor Deputado, que muita desta despesa que nós fazemos até fosse uma despesa diferente. Oh! senhor Deputado, eu não lhe escondo de que gostaria de consumir menos meios financeiros com o apoio à reconstrução de habitações de todos os nossos concidadãos, mas também não lhe escondo que nunca vou regatear meios para fazer o que é necessário na adaptação das casas onde vivem as pessoas para que lá continuem a viver. Eu gostava de consumir muito menos receita no apoio à renda, mas não vou regatear nenhum apoio à renda que seja necessário. A despesa corrente aumenta, mas é uma despesa necessária para fazer face às necessidades da comunidade, é que acresce um outro aspeto, por isso é que eu digo que o senhor Deputado continua a falar do passado. É que a Câmara Municipal hoje, não é só água e saneamento, educação, é muito mais, é por exemplo o gabinete do apoio ao empreendedor que já hoje motivou algumas intervenções nesta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal é cada vez mais isso e isso também tem um correspondente, tem um colateral nas contas, tem um colateral desde logo na perda da receita, há receita que a Câmara abdica para estimular o empreendedorismo, para criar condições para que as empresas que já existem no mercado e para que outras que aqui possam ser sedeadas vejam no território condições de atratividade. Tem repercussão na receita, essencialmente na perda de receita, os apoios que temos concedidos que queremos que sejam um sinal positivo de apoio à modernidade, tudo isto tem repercussão, são medidas que este Executivo tem implementado. E o senhor Deputado, continua a falar do passado quando se refere à questão da relação entre o investimento e os Fundos Comunitários. Oh! senhor Deputado, já foi tempo de o investimento ser feito à custa de Fundos Comunitários, eu vou dar-lhe um exemplo concreto, no passado recente, a Câmara Municipal, consumiu dois milhões e meio de euros em intervenções escolares, quatro escolas, Gondifelos, Oliveira Santa Maria, Lousado e Bairro. Sabe qual foi o apoio em Fundos Comunitários? Cerca de um milhão de euros. Já lá foi o tempo dos 85%, senhor Deputado, já lá foi o tempo em que a Câmara Municipal tinha uma participação de Fundos Comunitários na ordem dos 85%, neste momento o apoio está abaixo de 50%, mas sabe uma coisa senhor Deputado, as obras têm de continuar a ser feitas e a Câmara Municipal continua a fazê-las, fez estas quatro e vai fazer em muitas mais para apetrechar todas as escolas do Concelho de Famalicão. Estamos a fazer nas escolas o que fazemos na água e saneamento. Oh! senhor Deputado, já houve tempos em que até para estradas havia Fundos Comunitários, não há neste momento, eu pergunto-lhe, vamos abandonar as estradas? Não, vamos continuar a intervencionar, há um volume enorme de obra pública a ser executada em Famalicão e há outro para começar para ir de encontro às necessidades da rede viária. Oh! senhor Deputado, haverá na região norte algum concelho com este volume de investimento? Em escolas, em acessibilidades, em água e em saneamento? Parece-me que não, senhor Deputado, daquilo que eu conheço da região

da minha ação, eu não vejo nenhum Concelho, nenhuma Câmara Municipal num contexto de proximidade com este enorme volume de investimento, indo de encontro às suas palavras acerca do investimento. Sobre a questão da receita, senhor Deputado, eu não nego que tenha havido um aumento da receita fiscal, o que não houve foi um aumento da carga fiscal e isso, não podem acusar a Câmara Municipal. Eu quando me candidatei à Câmara Municipal, assumi como compromisso a estabilidade fiscal, não aumentava, não diminuía, foi exatamente o que eu fiz ao longo dos três exercícios que estamos prestes a concluir. Ninguém me pode acusar de não honrar a minha palavra, estou a cumprir o compromisso que assumi com os famalicenses, é isso que quero fazer em todos os setores da minha ação. Agora, se há um resultado maior, sabe qual é a razão, uma das razões é o dinamismo económico, boa notícia para Famalicão, senhor Deputado. Um exemplo concreto, se a receita de IRS aumenta é uma excelente notícia sabe porquê, é sinal que há mais pessoas a trabalhar e que a massa salarial aumentou, por isso é que há mais receita. Oh! senhor Deputado, porque é que nós devemos abdicar dos nossos 5% e o Estado não abdica dos seus 95%? Vamos agora impor às Câmaras Municipais que abduquem de 5% do IRS e o Estado continua a cobrar os seus 95%, é esta a atitude correta perante os nossos concidadãos? Não é, senhor Deputado. Por último, ainda em relação à receita, senhor Deputado, o senhor Deputado não sei se viu, mas nós não recebemos um tostão de Derrama, não recebemos um tostão de Derrama no exercício em apreço, nem um cêntimo senhor Deputado. A previsão orçamental foi feita por razões de contabilidade pública, como o senhor Deputado sabe, mas a receita foi zero, a receita foi zero em sede de Derrama. Quero com isto dizer-lhe uma coisa muito simples, senhor Deputado, se nós tivéssemos recebido essa receita, é claro que o grau de execução do nosso Orçamento ainda teria superado aquilo que já foi um excelente grau. Duas notas finais, senhor Deputado, primeiro o senhor Deputado, às vezes, trás aqui algumas afirmações que me levam a antecipar que tem informações que legitimam que as produza, mas não deixam de me preocupar. Primeiro, tem a ver com a recusa do IPCA, senhor Deputado não houve nenhuma recusa em relação ao IPCA, e o futuro provavelmente vai demonstrar que não houve nenhuma recusa. Mas o que mais me preocupa, foi o que o senhor Deputado disse em relação à Variante, em relação à EN14, é que o senhor Deputado vem aqui dizer, que essa verba não vem para Famalicão vai para Lisboa. Eu estou preocupado, senhor Deputado, porque eu estou à espera que essa verba venha para Famalicão, para a Trofa e para a Maia. Eu estou à espera que o senhor 1º Ministro de Portugal honre um compromisso que assumiu de executar uma obra que estava programada. Mas fico muito preocupado ao ouvir o senhor Deputado, nesta Assembleia Municipal, a dizer que essa verba não vem para Famalicão e que vai para Lisboa, confesso-lhe que fiquei muito preocupado com aquilo que o senhor Deputado afirmou e confesso-lhe que espero que não se concretize. -----

---**FERNANDO MONIZ (PS)** – Senhor Presidente, eu vou apenas intervir no sentido de procurarmos esclarecimento. O meu apelo de há pouco que o senhor Presidente considerou voltado

para o passado foi exatamente no sentido contrário, mais diálogo construtivo, mais futuro, ou seja, perceber melhor o futuro com base no passado, mas sempre olhar para o futuro e os exemplos que citei de certa maneira corroboram esta predisposição. Mas quando o senhor Presidente refere que eu olho para o passado, falando na questão da água e do saneamento, eu tenho que dizer senhor Presidente, de que por favor, olhe para o presente porque o senhor vai gastar mais de 5 milhões a custas próprias, como referiu, ou seja, a custos dos famalicenses, quando podia ter realizado essas obras que como sabe há menos de dez anos, existia um Fundo específico com financiamento comunitário a mais de 90% para a concretização dessas obras que não foi aproveitado pela Câmara de Famalicão, senhor Presidente. Não vai naturalmente dizer que isto é o regresso ao passado, eu posso até admitir que não tenha sido responsabilidade direta da sua gestão, mas é verdade que existiam Fundos Comunitários disponíveis e que não foram aproveitados por incúria, eu fico-me por este adjetivo, desta Câmara Municipal, ou seja, desta ou de outras. Não estou a dizer que é sua responsabilidade, que é responsabilidade da sua gestão, estou a referir apenas aquilo que disse, que vai ter que gastar, suportar a custas próprias mais de 5 milhões de euros, quando podia gastar zero para estas infraestruturas fundamentais. Se isso é falar do passado, senhor Presidente, eu digo-lhe também, falemos do presente e acrescentemos algo, os 6 milhões que vamos gastar de uma forma mal baratada da Devesa e mais os 2,5 milhões, ou perto de 3 milhões do Talvai, e mais aqueles que ainda não sabemos da ex-futura zona desportiva. Isto é falar do passado, mas reflete-se no presente e condiciona o futuro, senhor Presidente. Eu disse-lhe em ocasião anterior que aqui intervimos, que o senhor ia cometer o maior erro do seu mandato se não questionasse, como é sua obrigação, a transação designadamente da Devesa. É verdadeiramente escandalosa, senhor Presidente, e o senhor tem a obrigação, tem o dever na defesa dos famalicenses de questionar, de averiguar, de aceitar que se questione muito de nubloso que é essa transação, eu sublinho transação que é para não precipitarem juízos de valor. Mas há dúvidas fundadas e que devem ser devidamente esclarecidas, e o senhor Presidente não aceitando esse esclarecimento não pode recusá-lo com o virar de página e com a recusa a falar no passado. Isto não é falar no passado, isto é falar do futuro que condiciona a vida de todos nós, senhor Presidente. Por outro lado, eu referi que tem existido como que um ataque ao nosso concelho, e isto não é por acaso, senhor Presidente, é que há muita gente aqui à nossa volta, que têm naturalmente um despique saudável, um despique saudável que se quer connosco, eles querem estar à nossa frente e por isso lutam até às últimas consequências para fazer com que esses tais apoios regressem para os seus Concelhos e não fiquem pelo caminho. E o que eu disse, senhor Presidente, é o que me parece, eu até admito que posso estar errado, mas eu não faço esta observação como crítica fácil, eu faço-a porque estou convencido, todos nós, não só o senhor, mas eu também e todos nós poderíamos fazer algo mais, nem que seja sermos mais veementes na reivindicação, há direitos que são nossos e que não podem ser desviados para fins enfim, menos importantes, menos interessantes

e menos com sentido público, ou sentido do interesse nacional. E é isso que está em causa, senhor Presidente, quando nós aqui somos o maior Centro de Transformação de Carnes do País e verificamos que o Centro Tecnológico estava preparado para vir para aqui, de um momento para o outro é desviado sem que a Câmara saiba, sem que os famalicenses saibam, discutam, analisem e reivindicuem. Isto é falar do passado, senhor Presidente. Isto é falar do futuro, porque se cá tivéssemos o Centro Tecnológico, naturalmente que daríamos um passo importantíssimo na defesa do nosso Concelho e isso não vai acontecer. Senhor Presidente, a Variante, quando eu falo em milhões que são desviados para Lisboa, não me estou a referir àqueles poucos milhões que no orçamento vai ser revisto da Variante que deixou de ser, não são esses, são os mais de cem milhões que estavam previstos vir para o nosso Município. Eu não estou a referir aqueles dois milhões que vão gastar-se nesta nova estrada requalificada, que vai entupir, todos nós sabemos, todos nós percebemos isso, basta ler os estudos do tráfego para perceber que num curto prazo, esta Variante requalificada, ou esta estrada requalificada vai entupir e nós temos que pensar para além do dia de amanhã, vamos pensar pelo menos a cinco, seis, dez anos, senhor Presidente, há que ter essa perceção e lutar por ela. Quanto ao IPCA, senhor Presidente, eu não quero afirmar categoricamente, mas estou convencido de que têm existido alguns *lobys*, alguns interesses instalados em Famalicão, ou melhor, transportados de outros lados para Famalicão para que não venha aqui o IPCA fazer concorrência. Por um lado, eu estou convencido que não vem fazer concorrência nenhuma, porque sabemos que é um ensino voltado para os aspetos práticos para as empresas e que muito poderia ajudar o nosso contexto empresarial e produtivo. Mas por outro lado, senhor Presidente, trata-se de dar cumprimento a um acordo que foi estabelecido com o nosso Município, no seio da Associação de Municípios do Vale do Ave, foi garantido que a sede seria numa primeira fase em Barcelos, mas que o Pólo do Vale do Ave seria instalado em Famalicão, e sabe senhor Presidente, onde ele foi instalado ainda há pouco tempo, em Guimarães senhor Presidente, já estamos atrás do prejuízo, já estamos a ser prejudicados. Senhor Presidente, isto é falar do passado? Então eu vou continuar sempre a falar do passado.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu confesso que em relação à questão dos Fundos Comunitários sobre água e saneamento, tive que socorrer-me do apoio de Vereadores que estão no exercício há mais anos do que eu para falar com conhecimento de causa. Oh! Senhor Deputado, a informação que nós temos, é que desde 2001, é desde altura que temos essa informação, a Câmara não desperdiçou um tostão de fundos Comunitários, pelo contrário, a sua boa execução até permitiu consumir Fundos que estavam inicialmente afetos a outros Municípios, que não tiveram capacidade de execução e a Câmara foi executá-los. Eu só sei desde 2001, senhor Deputado, antes de 2001 eu não sei. Se o senhor se refere depois de 2001, não é verdade. Se se refere até 2001, pode ser verdade, mas compete-lhe a si se quiser esclarecer essa questão. Sobre o que mais disse, oh! Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu não abduco de nada em relação a

Famalicão, nada, a favor de ninguém em circunstância alguma, serei sempre intransigente de cara levantada, olhos no horizonte em defesa dos interesses de Famalicão, sempre. Não abduco de nada e devo garantir-lhe que não há *lobys* senhor Deputado, em nada, muito menos na Educação, não há, não há da minha parte, nem de quem quer que seja que eu conheça, isso garanto-lhe. E também quero que saiba o seguinte, há fases da nossa vida que temos de tomar decisões, senhor Deputado. E quem dirige uma Câmara Municipal e o senhor Deputado sabe do que eu falo, em muitos momentos temos de tomar decisões, às vezes preferíamos não estar nesses momentos, mas não podemos abdicar, é nossa responsabilidade tomar decisões, nem sempre os momentos são aqueles que nós desejamos, muitas vezes as circunstâncias não são aquelas que nós desejamos, só que temos que as tomar para bem do nosso Concelho, para bem do nosso futuro e há uma coisa que eu lhe garanto, também não abduco de nenhuma das minhas competências, nem de nenhuma das minhas responsabilidades, de nenhuma, não delego, não me escondo, não me agacho e farei sempre tudo o que eu achar que deve ser feito para o futuro de Famalicão, sem tacticismo senhor Deputado, sem empurrar para cima dos tribunais ou dos outros, sem as delongas processuais que sabíamos como é que isso funcionava, senhor Deputado, como não funciona senhor Deputado. Quando eu tiver a convicção de que é isso que eu devo fazer, é isso que eu faço. Sabe uma coisa, senhor Deputado, eu tenho 44 anos, vou-lhe fazer uma confissão, se Deus quiser hei-de ter muitos mais de vida neste Concelho depois de ser Presidente de Câmara e quero ter uma boa memória daquilo que eu fui enquanto Presidente de Câmara, é isto que alimenta o meu dia-a-dia, mais nada senhor Deputado. Portanto, nunca abdicarei de nenhuma das minhas competências, tudo o que eu fiz, fiz devidamente informado, consciente da responsabilidade que estava a assumir, recordo bem das suas palavras, senhor Deputado, à altura aqui proferidas. Mas quero que saiba, que não estou minimamente arrependido de nada do que eu fiz enquanto Presidente de Câmara e quando estiver saberei bem corrigir, como fiz em muitas circunstâncias da minha vida, não acerto sempre senhor Deputado, procuro errar o mínimo de vezes possíveis e quando errar, saberei recuar. Mas quero que saiba, sem tacticismos e sem delegar competências, é isso que faremos sempre à frente da nossa Câmara Municipal, sem pôr em causa que o senhor Deputado também nutra uma preocupação saudável em relação ao futuro de Famalicão. ---

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Estamos mais uma vez reunidos nesta Assembleia para votar o documento que reflete a atividade da Câmara no ano de 2015. Este é um documento que ilustra a transparência, o rigor, o controlo e a determinação deste Executivo em tornar Vila Nova de Famalicão um Município de referência para viver, para trabalhar e para estudar. No ano de 2015, este Executivo deu continuidade a um excelente trabalho que tem sido feito desde 2001, com contas consolidadas, cumprindo assim os compromissos assumidos quer com fornecedores, quer com Municípios. O Município de Vila Nova de Famalicão é hoje, como todos sabemos, uma referência em várias áreas, desde a Educação à área Social passando pelo Empreendedorismo e a juntar a estes sucessos acresce

uma saúde financeira invejável. Apresenta rácios quase únicos para um Concelho da nossa dimensão, reforça cada vez mais a sua autonomia financeira, em dois anos baixa a dívida média e longo prazo em cerca de 5 milhões de euros. Senhores e Senhoras Deputados, esta performance não acontece por acaso, é o resultado deste Executivo estar no rumo certo, é o resultado das Empresas Famalicenses estarem no rumo certo, é o resultado do grande esforço dos senhores Presidente de Junta continuarem no rumo certo, é o resultado de todos os Famalicenses sem exceção estarem no rumo certo. Há sensivelmente dois anos e meio, foi prometido aos Famalicenses que não haveria alterações no pacote das contribuições durante o mandato, como o senhor Presidente diz – “palavra dada aqui é mesmo honrada”, mais uma mantiveram-se as taxas, tendo sido elas de Derrama, de IRS ou até mesmo de IMI. Falando um pouco dos números apresentados, na minha opinião, fazer uma avaliação avaliada em números é demasiado redutor ao enorme trabalho executado por esta Câmara e ao contrário do que alguns pensam, nem todos os problemas são resolvidos com o arremesso de dinheiro ou com grandes dotações financeiras. A maior parte dos problemas deste Município, são resolvidos com empenho e dedicação do senhor Presidente e dos senhores Vereadores, dos colaboradores da Câmara e com muito trabalho e dedicação dos senhores Presidentes de Junta nas suas Freguesias. Disse inicialmente, que este documento ilustra o controlo e o rigor, a Execução Orçamental confirma essa afirmação, com uma Execução de 91% da receita e 84% relativamente à despesa apresentada aquando o Orçamento. Do lado da Receita, realça um aumento da Receita do IMI em 5%, não por força do aumento das taxas, mas sim pelo crescimento que o nosso Concelho tem tido. Realço mais uma vez, o controlo que o Executivo tem sobre as suas contas, como se pode verificar no documento apresentado não houve receita de Derrama, como é lógico e é uma situação que não está na esfera da Câmara Municipal, mas se a Receita da Derrama entrar nas contas como era expectável atingia-se um grau de Execução muito próximo dos 100%. Poderia aqui expor a minha análise técnica das contas, mas não o faço e não o faço por uma razão muito simples, não quero cair no ridículo de fazer análise aos resultados líquidos obtidos, não quero dizer que o ativo da Câmara baixou sem falar em amortizações, não quero falar de classificações das despesas sem analisar se elas foram boas ou más e acima de tudo, porque a Câmara Municipal não é uma empresa. A Câmara Municipal trabalha para o bem da sua população, não para a satisfação dos seus clientes, uma Câmara Municipal não tem como objetivo o lucro, mas sim, satisfazer os anseios e os compromissos com os Municípios. Nesta fase, importa analisar se o Executivo cumpriu os seus compromissos de forma eficaz sem pôr em causa as gerações futuras, como se costuma dizer, fazer obra não custa, custa é pagá-la. Neste contexto, senhor Presidente da Câmara Municipal, deixe-me felicitá-lo, deixe-me felicitá-lo pelo Município de Vila Nova de Famalicão ter reforçado a sua autonomia financeira, pelo endividamento líquido ter baixado 21,5% ou seja, 6 milhões 109 mil e 516 euros. Por só utilizar 38% da capacidade de endividamento deste Município. Por resolver problemas complexos e evitar mais custos para o

Município. Por ter a coragem de enfrentar os problemas e não empurrá-los para a frente. Por fazer da comunidade Famalicense, uma comunidade interessada e empenhada no seu território. Por fazer de Famalicão um bom lugar para viver, para estudar e para trabalhar. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Telegraficamente numas breves notas só para circunstanciar o voto do Grupo Municipal de que eu faço parte. Independentemente da validade contabilística do documento, eu gostaria de deixar três ou quatro referências. Uma primeira nota, já hoje foi falado várias vezes, eu sei que isto só reflete parte do exercício de 2015, de qualquer maneira, um negócio que se realizou em 2015 e refiro-me aos acordos extrajudiciais celebrados com duas empresas, cujo valor é uma décima parte de um orçamento anual, é superior a uma décima parte de um orçamento anual deste Executivo e só esta nota, seria razão mais que suficiente dado o carácter de um negócio lesa Município, que entendemos nós, a raiar não por parte do Município, mas toda a envolvência do negócio, a raiar ruinoso e que é seguramente resultante de uma inércia, de uma incompetência dos últimos Executivos, onde alguns dos senhores já lá se encontravam. O *punctum* do problema não está no que fazer perante o leite derramado, é o que é que não se fez para o leite não derramar, porque nós estamos a falar de verbas realmente muito consideráveis como todos nós sabemos. -----

---Uma segunda nota, o senhor Presidente da Câmara já o referiu, o senhor Deputado Fernando Moniz também já, por esta questão ser adiada das conclusões de redes de água e saneamentos. Todos nós sabemos que são obras complicadas nos seus custos, mesmo na sua planificação, nas contrariedades que resultam para as populações na sua implementação, mas também sabemos, que as contrariedades são de poucos dias, ou de algumas semanas, são obras que têm pouca visibilidade pública, quer dizer aquilo faz-se e o terreno volta ao sítio, parece que não há obra, mas que são essenciais num Concelho que se pretende ver de multifuncional. O senhor Presidente de Câmara também já referiu, que há uma fatia considerável de investimento na rede viária, nós consideramos que é manifestamente insuficiente o investimento na qualidade e na manutenção da rede viária. Também já se falou aqui no investimento na área desportiva e que são realmente verbas significativas, às vezes questionamos por mais do que uma vez a natureza dos apoios, o que é que se apoia. O senhor Presidente de Câmara faz referência de que é de uma ampla gama de atividades de práticas, mas eu penso é manifesto, já há poucos dias aqui foi dito, é manifesto que falta um espaço com qualidade para a prática da atividade do atletismo neste Concelho, eu penso que aí alguma razão me assistirá neste momento. -----

---Uma outra breve nota, entende o Bloco de Esquerda que há uns gastos excessivos em publicidade, em propaganda, mesmo que nos tempos que correm seja claro que a dimensão comunicacional de uma Autarquia com os seus concidadãos é importante. Mas os gastos são manifestamente excessivos, são manifestamente propagandísticos por vezes e acabamos por não descortinar a audácia e o arrojo que é invocado no exercício, porque não há um investimento deveras atendível e que seja assinalável,

mas quase uma gestão corrente com cedência a interesses, nomeadamente, daqueles que eu referi logo no início da minha intervenção.-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – A consideração a fazer é mais no sentido de que apreciando o relatório, também cremos que não há um investimento e um aproveitamento das receitas provenientes, por exemplo do IMI, do IRS e da Derrama, sendo certo que, estas receitas tiveram uma repercussão positiva no que diz respeito a este relatório nas contas do Município, era importante que houvesse um retorno do conjunto destas receitas por via do investimento. Ora, o que continuamos a pensar é que do investimento a fazer, dos quais, naturalmente as transferências para as Freguesias, a obra pública e mesmo até a retoma da parte da indústria da construção civil no que diz respeito à descaracterização urbana e há necessidade da mesma ser reabilitada, continuamos a pensar que é uma pena que este perímetro que foi definido por esta Assembleia, fica aquém na verdade da grande necessidade que é de alargar o mesmo, sobretudo numa altura em que é muito importante o relançamento da nossa indústria da construção civil. De qualquer forma e ficando um pouco por esta ideia fundamental, não nos deixamos iludir por esta falta de investimento, ou seja, não vemos outra forma que não seja, a Câmara apostar decididamente num investimento mais sério, mais alargado. Falou-se, continua-se a falar, nós defendemos a reabilitação da EN14, mas há tantos anos que todos nós conhecemos o estado a que chegou a EN14. E já agora, já o fizemos aqui nesta Assembleia, a recomendação para que se insistisse em instâncias, designadamente, para que aquele nó que estrangula ali na zona de Arnoso que continua a provocar ali problemas sérios de escoamento do trânsito e de segurança também do trânsito. Será assim tão difícil e tão dispendioso resolver um problema deste género, pois se não formos capazes de investir e resolver problemas deste género, dificilmente conseguimos resolver problemas maiores. O repto que lançamos, naturalmente, é de que não se esqueça de uma vez por todas, alguma das situações que merecem uma atenção forte para que se invista seriamente na resolução de problemas, para bem e para contentamento de todos os famalicenseis. -----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** - Estamos, pela segunda vez, a analisar os documentos do relatório e prestação de contas da responsabilidade do atual Executivo. Bem se sabe que o seu adorno visa criar alguma empatia com os eleitos e os famalicenseis, particularmente com os que suportam a sua gestão, cuja defesa denodada não deixarão por mãos alheias. Contudo, pensamos que é necessário algum comedimento, quer da maioria, quer da oposição. Por isso, da nossa parte, devemos reconhecer que nem tudo é mau, mas torna-se supérfluo que também nós lhe dediquemos louvores, tão profusa tem sido a publicidade da Câmara, cujo custo consome uma parcela do erário público que não é de somenos. Nesta perspetiva, dedicamos a nossa atenção especial aos aspetos mais negativos, ou não fossemos nós oposição. Senhor Presidente, pensámos que faz todo o sentido falar de um território com importância crescente no desenvolvimento do Concelho, mas para tal torna-se absolutamente necessário prestar uma grande atenção ao meio ambiente e intervir seriamente para controlar os

apetites lucrativos de alguns agentes, sempre prontos a colher todos os frutos, mesmo que daí resulte uma perda, por vezes irreparável, no equilíbrio entre os interesses da natureza, das pessoas enquanto seres vivos e dos negócios. Porém, nos documentos em análise, apesar das suas muitas nomeações de ação sobre aspetos ambientais, nomeadamente da interdependência e coesão do território, das cidades e das regiões, é nossa convicção que o nosso Município tem, a esse nível, um grande défice, com prejuízo para o meio ambiente. Aliás, tem sido recorrente a nossa referência ao que consideramos serem estocadas sem retorno, com impacto na paisagem natural e no ambiente, mas é com muita mágoa que temos de dizer que a situação não dá sinais de melhoria que se veja. É um paradoxo o PDM contemplar um aumento da área agrícola e verde no confronto com a realidade do abate de árvores por todo o lado quanto é montes, muitas vezes com aterros inauditos associados, seja para áreas industriais ou, como no passado, para pistas de gelo. Mesmo que o arvoredo seja de eucaliptos, como sabemos maléficos para os lençóis freáticos, mas uma vez não substituídos, como infelizmente tem acontecido, é a atmosfera que sofre, com influência direta na qualidade de vida das pessoas. Outro caso muito negativo é o recurso reiterado à desanexação de parcelas à RAN e REN, com a necessária declaração de interesse público municipal. Admitimos, no entanto, que algo possa ter sido feito, mas como já se disse não é evidente, aguardando que possa ser demonstrado. Senhor Presidente, senhores Deputados, que estratégia podemos encontrar, para além da elaboração e aprovação de vários instrumentos reguladores, se depois fica tudo na mesma? O que será um território verde multifuncional, referência que, de outro modo, se repete do ano passado? Será a existência e criação de novos pequenos aglomerados industriais, dispersos um pouco por todas as Freguesias? Serão os muitos edifícios industriais caducos ou abandonados, quer dispersos ou em aglomerados? Em que bases estratégicas se sustenta a organização territorial, que valorização do território e dos seus recursos endógenos, se ao fim de catorze anos de políticas sustentadas numa maioria absoluta inquestionável, muitos famalicenses e o seu território continuam carentes de várias infraestruturas com incidência na sustentabilidade ambiental? Na verdade, senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, se os nossos inconformismos têm, apenas, como razão de ser garantir a permanência nos cargos, de pouco nos valem. Podem satisfazer egos, enriquecer alguns, dar nome e louvores a outros mas a sociedade e as pessoas ficam a perder. São anos demais, após a assunção de vossas excelências à gestão do poder municipal, para ficarmos a saber que nada está concluído e que os grandes feitos dependem, para além dos meios, sobretudo da vontade de os fazer. Vontade que, convenhamos, parece ter pouco peso. É caso para perguntar: por que demora tanto a vontade de o fazer se, na vossa opinião, os exemplos do passado eram tudo menos positivos? Não será tempo de assumir a realidade, constatando que cada coisa se faz no seu devido tempo, com os meios disponíveis, com as prioridades definidas por cada gestão, sufragadas e renovadas de acordo com a vontade popular? No mínimo, é contraditório andarmos a dizer que somos um dos Concelhos mais

importantes e dinâmicos quando, como certamente veremos mais adiante, as estatísticas não nos levam a essas conclusões. Senhor Presidente, pelo que acabamos de dizer questiona-se se não é virtual o Concelho que a Câmara e a sua maioria aqui nos apresentam. Não podemos ignorar que estão no poder há 14 anos, e que, como já se disse atrás, quando cá chegaram puseram em causa tudo quanto estava feito, afirmando que daí em diante tudo seria diferente. Duas ou três atividades municipais que acusavam o executivo Socialista de ter falhado redondamente eram, precisamente, infraestruturas de cariz ambiental, a saber: distribuição de água potável, drenagem de águas residuais, drenagem de águas pluviais e parques verdes. Recordamo-nos bem das críticas à solução, quase em fim de mandato, encontrada pelo PS para o viaduto da rotunda Bernardino Machado e linha de saneamento que lhe é paralela. Ora, se em tempo de vacas magras e quando outras prioridades consumiam os poucos recursos disponíveis, não foi possível ao executivo da altura fazer mais brilharetes, esperar-se-ia que vossas excelências tivessem vindo colmatar tais carências. Promessa, aliás, acompanhada das críticas formuladas. O que verificamos, então, senhor Presidente, quanto a saneamento básico:--
---Eliminação de 2 ou 3 pequenas Etares; Construção de pequenos troços nalgumas ruas do Concelho; Modernização de pequenos troços noutras ruas; Reparação da rede nalgumas ruas urbanas da cidade; E, pasme-se, construção nova de saneamento em duas ou três ruas do Louro, a que chamaram modernização da rede. Isto tudo num ano de exercício! Portanto, quanto às obras, estamos falados. Se calhar, afinal, o dinheiro que o Partido Socialista geriu nos executivos que liderou, rendeu muito mais do que aquele que esta maioria vem gerindo. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o que não vemos no relatório é a referência, para além da epígrafe, a qualquer atividade interventiva da Câmara no que diz respeito ao abastecimento de água. Será por que não houve dinheiro? Será que, afinal, as construções de há décadas ainda estão em plena funcionalidade? Pois não cremos que o Concelho esteja servido a 100%. Ah, é verdade, já esquecíamos que a gestão deste serviço público essencial deixou de ser da responsabilidade da Câmara, como também o da recolha dos resíduos sólidos. Talvez tenha valido a pena a participação sucessiva do Município nalgumas empresas do ramo. Ou, mais propriamente, a alienação do seu capital à última empresa de que foi acionista. Não sabemos, e a Câmara não nos diz nada sobre isso, se a empresa já faz obra, mas parece certo não haver por aí nenhum estaleiro da dita. Alienar património, nomeadamente de um bem público essencial, sempre deve dar para diminuir a dívida ou pagar certas e multimilionárias indemnizações. Agora, dado o seu elevado custo, tudo parece normal, ou mesmo bem. Enquanto no passado, a decisão que tomaram numa transação judicial para uma ação movida à Câmara Socialista, pela qual pagaram cerca de quinhentos mil euros, isso é que foi muito dinheiro. Quanto à recolha dos resíduos sólidos, apesar de a concessão a privados não ser uma opção que subscrevamos, apraz-nos registar que a concessionária, tanto quanto é do nosso conhecimento, tem vindo a fazer um bom trabalho. Porém, muitos munícipes, vão dizendo que as taxas são exageradas e que há algumas disparidades. Nesta

área dos resíduos sólidos, quem percorre caminhos de bouça, em zonas mais afastadas das moradias, vai encontrando nas suas margens descargas ilegais, nomeadamente de reparações de edifícios e de automóveis, que justificam uma maior atenção dos serviços, com vista à sua identificação e punição. Enfim, terminamos, com a mágoa de ter de dizer que parece muito pouco! -----

---Um assunto que não era para abordar, mas dado que não passa de hoje, vou abordar. Um aspeto relacionado com estatísticas, como há pouco dizíamos há um certo floreado no relato e na descrição da atividade da gestão do Município em 2015. Claro que se acessem a estes documentos, os famalicenses que não acompanham estas lides mais de perto sentir-se-iam impressionados. Mas, os mais informados sabem que se trata de muita parra. A Câmara e a maioria que a sustenta, são céleres e persistentes a citar e a evidenciar certas sinecuras. Quando as coisas não colhem para o seu lado, o ostracismo impera. Senhor Presidente, ao alicerçar-se num plano estratégico, elaborado à medida da maioria por um punhado de seguidores, por vezes sentados no famoso sofá amarelo, e pomposamente apresentado nos mais variados palcos, que já leva mais de um ano de vigência, este deveria servir para o Concelho de Vila Nova de Famalicão estar entre os primeiros do pelotão da frente. É certo que só admitem que merece uma forte ênfase a simples aprovação do plano, designado por “Famalicão Visão 25”, sendo que a revisão do PDM integrou as opções daquele. Trata-se, por isso, da parte a impor-se ao todo. Dito de outra maneira é o acessório a impor-se ao fundamental. Foi a inversão completa de como se deve elaborar um documento de gestão territorial, até no impacto que tem nos concelhos limítrofes. Talvez agora se perceba melhor por que é que o PDM demorou tantos anos para ser revisto. Enumera-se um conjunto de virtudes na gestão. Enfatiza-se que o Concelho é dos mais exportadores, mas é caso para perguntar: que contributo objetivo foi dado às empresas paradigmáticas nesta área das exportações? Não estavam já implantadas e com modernas tecnologias, contribuindo significativamente para uma melhoria social do Concelho? Aliás, pelo contrário, apesar de alguma cooperação institucional, tem havido significativas queixas de dificuldades, nomeadamente ao nível das acessibilidades e da logística. É por estas questões e outras similares, que um estudo de uma empresa internacional de consultoria, de acordo com os seus parâmetros de análise, certamente questionáveis, referentes a três aspetos intimamente ligados à economia e vida das pessoas, a saber: negócios, visitar e viver, nos dá a conhecer o posicionamento relativo do nosso concelho nos âmbitos regional e nacional perante outros concelhos com os quais, em certas matérias gostamos de nos comparar. Assim: No “Top 10 regional”, não temos assento, no entanto, por um lado figuram lá os nossos concorrentes diretos do quadrilátero, a uma grande distância e, por outro lado constam igualmente os outros concelhos com quem fazemos fronteira, à exceção de S. Tirso e Trofa. Quanto a Famalicão, queda-se por um modestíssimo 18.º lugar, apesar de ter subido. Quanto ao “Top 25 Regional”, onde ocupamos o 18.º lugar, passa-se sensivelmente o mesmo que na estatística anterior, indicando-nos uma verdadeira imagem da perda relativa para municípios da nossa dimensão. Já no

“Top 25 nacional”, constam Concelhos como o Porto, Braga, Guimarães, Matosinhos, Gaia, Maia e Viana do Castelo. Nós ficámos pelo 58.º lugar, enquanto Barcelos fica na 29.ª posição. Quanto a cada um dos aspetos supra, individualmente considerados no âmbito regional: No “Top 25 Negócios”, onde nos situamos na 10.ª posição, voltamos a ter, entre outros, os nossos concorrentes do Quadrilátero em melhor posição, sendo que Barcelos sobe 6 posições. Para o “Top 25 visitar”, teimamos em ficar mal classificados, instalando-nos no 37.º lugar; porém, os mesmos do costume pontificam. E no “Top 25 viver”, temos cabimento na 20.ª posição, ficando todos os restantes Concelhos à nossa volta melhor posicionados, à exceção da Trofa. Em jeito de conclusão, pode constatar-se que, na globalidade regional, abaixo de Famalicão se encontram apenas oito municípios tipo dormitórios do Porto: Penafiel, Amarante, Espinho, Santo Tirso, Trofa, Paredes, Gondomar e Valongo e mais três Concelhos que distam daqui cerca de 100 km: Valença, Chaves e Mirandela. Pelo Contrário, municípios da nossa dimensão, com os quais gostamos de nos comparar, estão todos acima, nomeadamente os do Quadrilátero: Barcelos, Guimarães e Braga. Estes dois a enorme distância. Torna-se, assim, evidente que os “*slogans*” profusamente usados em tudo quanto é documentação municipal e na comunicação social; “*Gosto de Viver Aqui*” ou “*Gosto de Ser Feliz Aqui*”, não batem certo com a realidade. Claro que não nos agrada esta situação e só estamos aqui a evidenciar-la com o objetivo de levar o executivo a ponderar estes argumentos com vista a transformar o paradigma. Na certeza de que não continuaremos em último lugar. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Domingos Peixoto, confesso que estava à espera que o Partido Socialista fizesse alguma coisa sobre o estudo, sempre fez exceto este ano. Surpreende-me que o senhor use os números de 2015 e não os de 2016, já está desatualizado o seu, mas há um de 2016 que saiu recentemente. Nos sucessivos *rankings*, o senhor fez a indicação da posição de Famalicão em 2015 e não 2016. Não quer dizer que lhe interessasse mais 2015 do que em 2016, mas há números mais atuais do que aqueles que o senhor trouxe. Oh! Senhor Deputado, sabe que desde 2014, num estudo cuja sustentabilidade é muito discutível e nós não aceitamos as premissas desse estudo, mas mesmo não aceitando as premissas desse estudo, sabe quantos lugares é que subiu Famalicão desde 2014 até hoje? Cinquenta e cinco lugares, senhor Deputado, subiu cinquenta e cinco lugares! É notável a forma como o senhor Deputado aqui trouxe o elemento, só para tentar vincar o aspeto negativo do mesmo, nem teve coragem de dizer que Famalicão subiu cinquenta e cinco lugares nestes três anos, desde 2014 a 2016. E há outra coisa, senhor Deputado, o senhor é um cidadão deste Concelho, o senhor acredita nesse estudo, senhor Deputado? O senhor acredita que Famalicão é aquilo que está retratado nesse estudo? Eu vou dar-lhe um exemplo concreto, dos três índices que tem a ver com as categorias de negócios, visitar e viver. No índice visitar, o critério determinante é o número de dormidas. Sabe senhor Deputado, é claro que se o critério do índice de visitar for só o número de dormidas, Famalicão atendendo às carências hoteleiras, está

claramente abaixo de outros Concelhos. Mas o senhor acha que o único critério para determinar o número de visitantes é o número de dormidas? Acha que as pessoas só visitam uma Cidade quando lá dormem? As pessoas que visitam Famalicão, dormem todas em Famalicão? Eu não sei se o senhor conhece o estudo, mas é bom que o estude profundamente. As premissas do estudo são absolutamente erradas, nós discordamos delas, mas mesmo discordando, subimos cinquenta e cinco lugares. Eu pensei que o senhor ia dizer que é notável o quanto Famalicão subiu neste *ranking*, o senhor teve coragem para vir aqui a este púlpito, censurar aquilo que tem sido, na sua opinião, a inércia da Câmara Municipal por causa de um estudo que pelos vistos nem conhece! -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – 2015, senhor Presidente da Câmara, foi apesar de todas as dificuldades, foi apesar de todas as adversidades, foi apesar de todos os constrangimentos, um bom ano para Vila Nova de Famalicão, foi um bom ano para Famalicão. Dizem-nos os números que fecham as contas que hoje apreciamos e vamos votar. Dizem-nos os factos e o Relatório de Gestão que também hoje estamos a apreciar e vamos votar. E dizem-nos, já que aqui se falou, dizem-nos todas as estatísticas. Doutor Fernando Moniz, não são discursos proclamatórios, dizem-nos as estatísticas que Vila Nova de Famalicão ocupa e ocupa sistematicamente, os lugares cimeiros dos *rankings* dos melhores Municípios em matéria de saúde financeira, eficiência financeira, volume global de endividamento face às receitas. Dizem-nos as estatísticas, Doutor Fernando Moniz, que somos o terceiro maior Município exportador. O Doutor Fernando Moniz, desvalorizou este facto, invocando que estávamos atrás de Palmela. Pois deixe-me elucidá-lo do seguinte, é verdade que estamos atrás de Palmela e também é verdade Doutor Fernando Moniz, que a Continental Mabor tem um peso significativo para o facto de ocuparmos o terceiro lugar. Mas Doutor Fernando Moniz, talvez não saiba, que a Autoeuropa representa 80% para o segundo lugar de Palmela. E a Continental Mabor num valor muito significativo, mas que é apenas de 30%. Doutor Fernando Moniz, somos o segundo Município com a melhor balança comercial, somos Doutor Fernando Moniz e repare bem, capa do Expresso de amanhã. Amanhã a capa do Expresso, suplemento económico, fala de Vila Nova de Famalicão dizendo, Famalicão já vale 3,7% das exportações portuguesas, somos capa do jornal Expresso! Doutor Fernando Moniz, dizem-nos as estatísticas, que Vila Nova de Famalicão, concentra os projetos de investimento no âmbito *Norte 2020*, acho que é um dado muito importante. Dizem-nos também as estatísticas, que nos últimos doze meses a Autarquia declarou interesse municipal a 19 projetos, os quais implicando um investimento estimado em 34 milhões de euros, criarão 629 postos de trabalho. Isto é o resultado muito de uma iniciativa exemplar no País, que se chama *Made In*, está aqui o resultado, é uma iniciativa com visão estratégica para o nosso Município, aquela que dizem que não temos! Está aqui o resultado. Dizem-nos também as estatísticas, que Vila Nova de Famalicão, foi o Concelho onde desemprego, reparem bem a maior chaga social do nosso País o desemprego, mais diminuiu. Dizem-nos as estatísticas, que Vila Nova de Famalicão, contrariando a tendência

nacional, viu aumentar o número de nascimentos, outra chaga social que temos entre nós, no sentido de termos poucos nascimentos. Dizem-nos as estatísticas, que Vila Nova de Famalicão, está no topo dos Concelhos do País com água a 100% segura, sabem quantos é que encontram mais, querem que eu vos diga, são mais onze. Mas nós não estamos apenas este ano, estamos há anos sucessivos ocupando o topo do *ranking* em termos de água segura. Dizem-nos as estatísticas, locais é certo, que em 2015, olhe uma coisa tão simples como isto, perto de 400 crianças famalicenses começaram o novo ano letivo em novas escolas, com renovadas condições de conforto e de aprendizagem. Dizem-nos as estatísticas e corroboradas por inúmeras distinções, que somos um Município familiarmente responsável e que somos um dos melhores Municípios para se estudar. Conseguimos avanços muito consideráveis em diversas áreas no ano de 2015 e demos passos muito seguros na salvaguarda do futuro de Vila Nova de Famalicão. Não somos apenas nós que o dizemos, este resultado não é seguramente apenas mérito da Autarquia, mas é a confiança que inspira também nas Associações, nas Famílias, nos Empresários, nas Coletividades, que fazem com que de facto, todos estes resultados sejam possíveis, aquilo que noutros Municípios onde não há confiança, onde não há essa indução de potenciar de facto essas características nas populações não faz nascer esta vontade coletiva de crescer. E foram esses avanços que nós conseguimos, senhores Deputados, foi também fruto do que fizemos em matéria de acordos judiciais, que já aqui foram falados. Nós não fugimos a esse tema, nem hoje vamos fugir a este tema, como aqui o senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de referir, confortável, bom, bom, bom, era a malta ficar quieta, sentadinha, que alguém aqui há-de decidir isto. Isto era confortável, confortável espera-se, os tribunais faram correr os seus trâmites e a decisão um dia lá chegará, isto é confortável. É confortável, mas quem tem a responsabilidade de decidir não pode ficar à espera, porque o tempo não espera por nós. O tempo nunca espera por nós, eu já disse isto, se nós não decidirmos no nosso tempo, o tempo encarregasse de decidir por nós. E não raras vezes decide exatamente contra nós, e quem tem a responsabilidade de decidir, não pode nem esperar, nem muito menos esperar que outros decidam por nós. Nós não optamos pelo conforto, nós não ficamos à espera e nós não esperamos que outros decidissem por nós. Escolhemos o nosso caminho, trilhamos o nosso rumo, antecipamos o futuro decidindo exatamente em nome dele, foi isso que fizemos também nos acordos judiciais, que hoje aqui já foi várias vezes falado. Porque foi em nome desse futuro de que vos falo, que por força das ações dos acordos judiciais que alcançamos e nós fizemos uma coisa tão simples que tanto criticam, eliminamos o risco de avultadas indemnizações. Outros municípios não o fizeram e bem próximos de nós, convencidos que o tempo lhes daria razão, convencidos que o tempo lhes daria razão em sentido favorável, não é preciso andar mais de 20 km para sabermos o que é que aconteceu noutros Municípios quando assim procederam. Foi no âmbito desse futuro também, que impedimos e é bom que aqui fique claro, impedimos que interesses privados alguma vez se pudessem sobrepor ao interesse público e foi isso o que nós fizemos. Foi também em

nome desse futuro, que asseguramos aquilo que desvalorizam muitos, mas é a passagem definitiva para o domínio público terrenos que ainda não eram definitivamente nossos. Foi em nome desse futuro, que salvuardamos um Parque Verde, que aqui julgo que ninguém questionará, que se trata de um *ex-libris* do nosso Concelho e da nossa Região. Senhor Presidente da Câmara Municipal, continue neste rumo, no rumo certo. O rumo que outros esta noite aqui preconizaram, nós já o conhecemos, os famalicenses conhecem-no, era o rumo em que se gastava, se gastava e se continuava a gastar, mas não se pagava. Não será despiciente recordar que em 2001, herdamos um Município com uma dívida de 55 milhões de euros. Mais, desses 25 milhões de euros, reparem bem na quantia, diz respeito a dívidas de curto prazo, isto é, aquelas que deviam ser pagas em 90 dias, mas não eram pagas nessa altura em 90 dias, nem em 120 dias, nem a 180 dias, era a mais de 365 dias, é uma forma muito interessante, de facto, de injetar liquidez na economia local. Era o tempo em que os carros da Câmara Municipal, eram apreendidos por dívidas às oficinas! Era o tempo em que os computadores, as secretárias do Presidente e dos Vereadores eram penhoradas! Era o tempo em que ninguém se arriscava a sair do gabinete, sob pena, de lhe penhorarem os seus próprios bens pessoais! Era esse o tempo! Curiosamente e justiça seja feita, havia um candidato o do PS e que já dizia o que eu estou aqui a dizer. Havia um candidato do PS que já fazia referência, justiça seja feita, a essa dívida colossal que impedia o desenvolvimento e o crescimento sustentável do nosso Município. Era verdade, era o candidato do PS. O tempo, senhor Presidente, que não obstante os 55 milhões de euros, não obstante o financiamento comunitário que chegara aos 85% de Fundo Perdido, o Município 20 anos depois de governação Socialista tinha menos de 30% de saneamento. Pois é, mas hoje a dívida não é de 55 milhões de euros, nem há financiamento a 85%, mas hoje o saneamento chega a 90% dos famalicenses. Acham pouco? Era o tempo, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, era o tal tempo que hoje preconiza que chovia nas escolas! Era o tempo, em que havia creches em contentores, em garagens, em caves! Era o tempo, em que as Juntas de Freguesia também viviam, ou subviviam, dentro de contentores! Era o tempo, em que os quilómetros asfaltados, eram substancialmente inferiores à queles que eram em terra, não se perguntava nem se dizia quantos quilómetros tem a sua terra de asfalto, perguntava-se quantos é que o senhor tem de terra, porque para eles ter terra já era uma grande evolução, podia não haver caminho é verdade, é esse o tempo. É o tempo, em que as assimetrias no Concelho, não só eram graves como se agravavam todos os dias, as instituições diziam-no, as associações diziam-no e os empresários diziam-no. E foi exatamente a tudo isso, que os munícipes famalicenses disseram não! Disseram não ao partido Socialista e deram uma vitória esmagadora, que se mantém até aos dias de hoje, ao PSD e ao CDS/PP. Senhor Presidente, continue de facto neste rumo que é o rumo certo, é um rumo em que a postura do senhor Presidente se distingue também do passado. O senhor Presidente não é daqueles que recusa a assunção de compromissos. Não faltam Presidentes de Câmara que nunca querem assumir compromissos,

dizendo, isto não é matéria nossa, este problema não é nosso e certamente é do Governo, certamente é de alguma direção regional, é de algum instituto público, mas nunca é nosso. Famalicão, nunca ouvi o Presidente da Câmara Municipal recusar competências e responsabilidades, nunca foi daqueles que se pôs de fora do processo histórico de centralização de competências, estamos de facto, no pelotão da frente de quem assume essas mesmas competências. Temos um Presidente de Câmara que diz aqui que não se agacha, diz não a quem saiba defender os interesses. Há uns que só sabem protestar, só sabem reclamar, só sabem exigir, é daqueles que quem não chora não mama, mas não é o Presidente da Câmara de Famalicão, não é seguramente. Nunca o viram numa postura dessa, vêm sim, numa postura reivindicativa mas sem qualquer exagero e sabendo que muito do que pode alcançar deve-se e tem de se dever também a ele. Nós não podemos ficar à espera que tudo se resolva sempre com o dinheiro dos outros, nós não podemos exigir que tudo se consiga só com a ajuda dos outros, o caminho temos de ser nós a trilhá-lo e nós temo-lo feito. Senhor Presidente, continue neste rumo que é o rumo certo, é um rumo e digam o que disserem, andem por onde andar, é o rumo que colocou Vila Nova de Famalicão e as políticas da cultura no topo nacional. É um rumo que colocou com as políticas de solidariedade social no topo nacional. É um rumo que colocou com as políticas ambientais no topo nacional. É um rumo que colocou com as políticas associativas, desportivas e de solidariedade no topo nacional. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gosto de viver aqui, eu gosto de ser feliz aqui! -----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Sempre acabou o estafamento e sempre valeu apena eu ter dito algumas verdades, para que o PSD se senti-se na obrigação de vir aqui consumir vinte minutos do seu tempo que não estava previsto. Mas é brilhante o senhor Doutor, Jorge Paulo, e nós reconhecemos-lhe esse mérito, mas podia ser um bocadinho mais comedido, porque disse um conjunto de coisas que são dum passado muito antigo e que não correspondem liminarmente há verdade, muitas delas, mas um dia a história também se poderá fazer.-----

---Quanto ao senhor Presidente da Câmara, há uma coisa com a qual eu não posso condescender senhor Presidente, é da minha falta de honestidade intelectual. Eu vi e li o documento, fiz um quadro resumo, é a minha letra que pode confirmar. Mas tive o cuidado, senhor presidente, não lhe posso perdoar isso, de ter dito que o Concelho apesar de ter subido, referi concretamente, que apesar de ter subido, tive o cuidado de o fazer. Portanto, conheço o estudo, conheço os parâmetros, tive o cuidado de dizer que era na base dos seus parâmetros, questionáveis certamente. Tive o cuidado de o dizer, não lhe ficou bem, senhor Presidente, dizer que eu fui desonesto intelectualmente. Disse que eu não sabia, disse que eu não estudei, disse que eu não tinha visto, disse isso tudo. E sobretudo, disse que eu não conhecia, e eu conheci senhor Presidente. -----

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP)** – Prometo ser breve dado o adiantado da hora. Mas, não podia deixar de cá vir para perceber, qual é a adoração que o PS tem por esta empresa que é uma consultora

mas que no fundo, não passa de uma agência de marketing. Já há dois anos, nós viemos dar conta de que esta empresa é uma agência de marketing digital. Vejam o CAE desta empresa, vejam o volume de negócios, vejam o que é que ela faz, é uma agência de marketing digital. Não percebo tanta adoração à volta disto. Mas não percebo acima de tudo, como é que privilegiam os dados de uma agência de marketing em detrimento da informação por exemplo, compilada pela Ordem dos Contabilistas certificados, pelo IPCA, que consideram as contas de Famalicão umas contas sólidas. Não percebo. Também não percebo, como é que privilegiam a informação de uma agência de marketing em detrimento dos dados do INE ou da AICEP, que indicam que Famalicão, é dos Municípios que mais riqueza gera para o País. Não percebo. Também não percebo, como é que fazem em detrimento dos dados do IEFP, que mostram que o resultado da atração do investimento para o Concelho, significou uma queda muito significativa do desemprego. Não percebo, é a vossa maneira de estar! Tudo isto, para dizer, fosse o País feito à imagem de Famalicão e nós nesta altura não estaríamos a falar da austeridade, de aumento de impostos indiretos, de aumento de impostos sobre os combustíveis, mas sim de progresso e de crescimento. -----

---Mas falemos da *Bloom Consulting*, não queriam dizer o nome mas eu digo, essa magnífica agência de publicidade, vamos ver o resultado da sua intervenção: - Idanha-a-Nova, usou os serviços da *Bloom Consulting*, um conceito, fez uma estratégia 2015-2025. -----

---Nós Famalicão, optou por consultar a população, perceber o que é que interessava a cada um, fazer uma consulta às diferentes Associações, aos Partidos, às diferentes Organizações, que participam na vida da sociedade, abrimos aquilo que vocês consideram “*O Sofá Amarelo*”, mas demos vós a todos os Municípios para definirem a estratégia para o Município. Idanha-a-Nova, optou pela agência de marketing. É este o estudo, em termos gráficos muito bonito, uma imagem, mais outra imagem, cheio de imagens, tem um ponto de interrogação que diz que era para recomeçar! Então vamos recomeçar, recomeçar uma vida em Família, Famalicão é um Concelho Familiarmente Responsável, está dada a resposta! Nós apostamos na Educação e no Lazer e como resultado disso, verifica-se um aumento das famílias em Famalicão. Por isso, é que vocês confundem, o aumento da receita fiscal com o aumento de impostos, que não é, mas sim como resultado da atração de mais famílias para Famalicão. Se quiserem ler este dossiê, eu empresto, isto lê-se rápido. Mas vamos àquilo que realmente interessa e eu considero este estudo de Idanha-a-Nova quando colocam o Mirtilo no topo do bolo, que é a imagem que colocam aqui, e diz Idanha-a-Nova Made In! É este o resultado da *Bloom Consulting*. Este é o futuro que Idanha-a-Nova, com todo o respeito, optou. Já agora, diz aqui, só para que conste, desenvolvida a estratégia *Bloom Consulting*, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. É isto que vocês defendem para Famalicão? Para nós não, para nós é apostar nas pessoas, apostar na Educação, é dar voz às pessoas e não a agências de marketing, não venham para aqui mais com agências de marketing!

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – Quando nós votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano para 2015, sabíamos que elas iam ser cumpridas com responsabilidade e equilíbrio, realmente assim sucedeu. Senão vejamos, temos neste momento, autonomia financeira da Câmara Municipal que se cifra nos 70%. O rácio de utilização da capacidade de endividamento é de 38,3%, é um número deveras saudável. Tivemos o abatimento de encargos na fatura ambiental, de taxas de abastecimento de água, de saneamento e recolha de lixo. Tivemos um trabalho notável na cultura, no desporto, na educação, na juventude, no ambiente, na solidariedade social. A Execução Orçamental em 2015, foi de 91,1% na área da receita e 84,2% na área da despesa. Os anseios dos famalicenses são cumpridos na íntegra com a gestão responsável do Executivo desta Câmara Municipal. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Senhor Deputado, Carlos Carvalho, em matéria de entidades que elaboram *ranking's* e já que o senhor fez essa pesquisa aprofundada à *Bloom*, eu aconselho também, fazer uma pesquisa acerca do galardão ao melhor município para estudar, veja também quais as características dessa entidade e qual a natureza substantiva desse prémio. Eu confesso que, não tive o prazer de ouvir a primeira parte da intervenção do Doutor Jorge Paulo Oliveira, quando cheguei já estava a falar, não sei se estava no início, se estava a meio e portanto, só apanhei no momento em que entrei porque tive de me ausentar momentaneamente. Em todo o caso, assisti aqui, enfim, com uma veemência teatral que até me agrada, porque contribui para o bem-estar, isto estava um bocado morto, mas é um elogio. Assistimos aqui, a um exercício de estatística *À La Carte*, como quem vai ao supermercado e perante a fruta, escolhe a maçã mais vermelhinha e deixa o resto de lado. Porque quando nós analisamos estatísticas mais abrangentes, que procuram ter um sentido mais holístico, mais completo das várias áreas de relevância para a qualidade de vida das pessoas, a realidade aí é incontestável e vem ao de cima, com todo o grau de imprecisão inerente às estatísticas e às questões de natureza social. Mas é o que temos e o que temos, invariavelmente, ano após ano, nós somos sempre o pior de entre os do Quadrilátero e sempre no modestíssimo lugar a nível nacional e mesmo regional, e isso não rima absolutamente nada, com o discurso oficial e oficioso que vamos ouvindo, que vai sendo debitado dia após dia, mês após mês, ano após ano, num exercício quase delirante de fantasia. Quanto ao risco de indemnização ser eliminado, senhor Deputado, nós não eliminamos o risco de indemnização, nós sucumbimos a ele, nós não indemnizamos eliminando o risco, não, nós colocamo-nos na situação de ter que indemnizar e indemnizamos principescamente. Nós comprometemo-nos nos termos em que nos comprometemos e fomos nós que nos comprometemos a indemnizar principescamente estas entidades. E ao não cumprir com as nossas obrigações, nós não eliminamos riscos, nós sucumbimos a eles, essa é que é essa. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Acabamos de ouvir em divergência, talvez naturais, no que diz respeito aos chamados *ranking's*. Achámos que de facto, para uns Famalicão poderá estar nos píncaros, outros não dirão tal coisa, mas uma coisa também é certa, também Famalicão tem de facto,

situações de muita indignidade, como aliás é sabido. Há muita gente indigente, pobre, remediados e com problemas de emprego. Sabendo nós, pelos últimos dados fornecidos pelo IEFPP, creio que fevereiro último, reportam para Famalicão 6600 trabalhadores desempregados, o que num contexto das Cidades aqui mais próximas, está com um índice de desemprego mais ou menos próximo das outras Cidades em termos percentuais. Tendo em conta por exemplo, Braga, que é um Concelho com mais habitantes, sofre em desemprego em cerca de 11000. Por exemplo, Guimarães na ordem dos 9700. Ora, o que nos apraz dizer, que o índice do desemprego não tem crescido, mas também não tem descido e isto, deve merecer a preocupação de todos nós. E mais que um chamado *ranking*, é preciso baixar este índice de desemprego e principalmente se baixe, naquilo que nós consideramos extremamente importante, que é o facto, de cada vez mais, grassar o chamado emprego precário, em empresas reconhecidas com enormes apresentados, receitas enormes, como é o caso da Mabor, da Coindu, da Tesco e outras naturalmente. O que é de facto, importante, é que nós meditemos sobre estes problemas da precariedade, porque é certamente algo que nos deve preocupar bastante. Não é por acaso, na parte que nos diz respeito, ou seja, no que diz respeito ao PCP, que irá ser levada a efeito uma iniciativa na próxima sexta-feira em Lousado à noite, exatamente abordando o tema da precariedade rural. A nossa convidada, será a nossa Deputada Carla Cruz e desde já são convidados, quem naturalmente tiver disponibilidade para isso. Muito mais importante para nós do que esta coisa dos *ranking's*, é sem dúvida o apostar fortemente, isso sim, no investimento que seja duradouro para o Concelho e simultaneamente, desse investimento e da ação dos famalicenses, a começar por aqueles que são os mais responsáveis, se possa ir colmatando esta chaga social, é por um lado o desemprego e por outro lado é o emprego precário.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTA DE GERÊNCIA) E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015., NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR, DUAS ABSTENÇÕES E CATORZE VOTOS CONTRA.-----

---DÉCIMO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.^a Revisão Orçamental, nos termos da proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento.-----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – É só um esclarecimento, em relação a esta proposta e tem a ver com o seguinte, queríamos ser esclarecidos qual a proveniência desta receita que aqui é abordada na ordem dos 7 milhões de euros. Sendo certo, que de alguma forma nos parece plausível o investimento para as Freguesias, creio que obra pública. Gostaria de saber qual a proveniência deste dinheiro. ----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Oh! Senhor Deputado, o senhor ainda há pouco falou da venda das ações, há aqui um proveito, há dois saldos que estão na origem desta Revisão. Um, tem a ver com o saldo Orçamental, são 5 milhões e 676 mil euros, e outro são 7 milhões 487 mil e 249 euros, que tem a ver com a venda da ações. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA DE 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, DOZE VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---Para este período houve uma inscrição por parte do público, a Senhora Filomena Antunes da Freguesia de Fradelos, a sua intervenção foi do seguinte teor: -----

---**FILOMENA ANTUNES** – Fez um pedido ao Executivo no sentido de fazerem uma visita à Freguesia de Fradelos, para se resolver os problemas da Freguesia. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – D^a Filomena, o assunto que a Senhora aqui hoje nos trouxe, é um assunto que já trouxe noutras ocasiões. Como a D^a Filomena sabe, a Câmara Municipal tem o seu âmbito de atuação definido por Lei, a questão concreta que a Senhora trouxe, que chamou de “tortura dos vizinhos”, foi a expressão que usou, não é uma questão que seja competência da Câmara Municipal. Nós não podemos exercer uma atividade que compete aos Tribunais, como os Tribunais não podem exercer uma atividade que compete à Câmara Municipal. Cada um tem a sua área de ação, a Câmara tem uma, o Tribunal tem outra. Havia um aspeto que tinha a ver com uma outra situação e a Senhora sabe, que a Câmara Municipal resolveu-o. Há outros aspetos que a Senhora coloca, não estou aqui a dizer que não tem razão, não é isso que está em causa, o que está em causa é que não é uma área de ação da Câmara Municipal. Como já disse à D^a Filomena e hoje renovo, essas questões a ser colocadas, têm de ser colocadas no Tribunal, esse é o local certo e adequado para colocar essas questões. A Câmara Municipal só porque está mais próxima e digamos, mais acessível, não substituir o Tribunal. Uma coisa é a Câmara, outra coisa é o Tribunal. Como já lhe dissemos na altura, esse tema pode e deve ser colocado no Tribunal. Há dois tipos de assuntos, um tem a ver com Sessões da Câmara passadas e a Câmara pode ter errado, como já lhe disse, pode ter errado, mas só judicialmente é que essa questão pode ser ultrapassada. Há outras questões que tem a ver com atitudes dos seus vizinhos, onde a Câmara Municipal nada tem a fazer. Portanto, qualquer uma dessas situações que a Senhora reclama, eu não ponho em causa a legitimidade, têm que ser tratadas no Tribunal, D^a Filomena. -----

E nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada à uma hora e quarenta e dois minutos do dia seguinte. -----